

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ESTADO E DESENVOLVIMENTO

AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL:

Reflexões à partir de uma intervenção.

Elaboração: Valmir Luiz Stropasolas

Campina Grande - PB, fevereiro de 1996

VALMIR LUIZ STROPASOLAS

**ESTADO E DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL:**

Reflexões à partir de uma intervenção.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, com área de concentração em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Dra. Ghislaine Duqué

Campina Grande - PB, fevereiro de 1996.

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ESTADO E DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL:

Reflexões à partir de uma intervenção

Valmir Luiz Stropasolas

Orientadora: Ghislaine Duqué

Banca Examinadora:

Campina Grande, ___ de _____ de 1996.

À Vilenia, Lucas e Pedro,

Amados Companheiros de Viagem...

AGRADECIMENTOS

À Ghislaine Duqué e à Coordenação do Curso de Mestrado em Sociologia da UFPB, pela compreensão e apoio para a conclusão deste trabalho. Aos funcionários da secretaria, que sempre foram atenciosos no atendimento aos mestrandos.

Aos Professores e Colegas do Curso que, direta ou indiretamente, estão presentes neste trabalho.

Aos técnicos e dirigentes das Instituições do Setor Público Agrícola que me auxiliaram das mais diversas formas e, particularmente A CIDASC e sua Diretoria de Planejamento, pelo apoio concedido para a elaboração e editoração desta dissertação.

À Cátia, pela transcrição das fitas de uma pesquisa que se interrompeu no tempo, no entanto, parte integrante de um processo que culmina com a conclusão dessa dissertação.

Aos meus familiares, pela confiança depositada em mim.

À Vilênia, pelo apoio na conclusão de um ciclo significativo da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho analisa os principais entraves existentes no Setor Público para a operacionalização do enfoque de desenvolvimento agrícola sustentável. Foi elaborado à partir da análise de uma experiência: a tentativa de implantação do Programa de Defesa Sanitária Vegetal pelo Setor Público Agrícola em Santa Catarina; o qual objetiva racionalizar o uso de agrotóxicos na produção agrícola e evitar a contaminação humana e ambiental decorrente da sua utilização indiscriminada - uma das facetas do modelo de desenvolvimento vigente na agricultura de nosso estado.

Objetivamente, trabalhei com as seguintes questões: 1) Quais os fatores que condicionam a realização do desenvolvimento agrícola sustentável? ; 2) Qual o papel do Setor Público na sustentabilidade do desenvolvimento? ; 3) Como operacionalizar nas instituições públicas esse novo enfoque de desenvolvimento?

Visando responder tais questões procurei - através do envolvimento e participação nos eventos organizados para a elaboração do programa acima referido - diagnosticar os principais entraves existentes no serviço público para a viabilização das políticas vinculadas à temática ambiental em foco. Complementando tal procedimento, correlacionei as informações e noções assim obtidas com os conceitos que tratam do desenvolvimento sustentável da produção agrícola. Por fim, destaquei a importância da adoção do planejamento integrado e participativo nas instituições do setor, instrumento ímpar para a realização do novo enfoque de desenvolvimento.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse les principales entraves du secteur public à l'abordage du développement soutenable. Il a été élaboré à partir de l'analyse d'une expérience: la tentative d'implantation du Programma de Defesa Sanitaria Vegetal par le Secteur Public Agricole de l'Etat de Santa Catarina; celui-ci vise à rationaliser l'usage des agro-toxiques dans la production agricole et à éviter la contamination humaine et environnementale qui découle de leur utilisation abusive - une des facettes du modèle de développement prédominant dans l'agriculture de notre Etat.

Nous avons travaillé les questions suivantes: 1) Quels sont les facteurs qui conditionnent la réalisation du développement agricole soutenable? 2) Quel est le rôle du Secteur Public pour le soutenable développement? 3) Comment opérationnaliser dans les institutions publiques ce nouvel abordage du développement?

Pour répondre à ces questions, nous avons cherché - à travers notre participation à l'élaboration du programme cité plus haut - à faire le diagnostic des principales entraves qui existent dans le service public et rendent difficile la viabilisation des politiques liées à la question de l'environnement. Nous avons ensuite fait la relation entre les informations et les notions obtenues et les concepts qui traitent du développement soutenable de la production agricole. Enfin, nous soulignons l'importance de l'adoption de la planification intégrée et participative dans les institutions du secteur public, instrument unique pour la réalisation du nouveau modèle de développement.

ÍNDICE

Apresentação.....	1
1 - A Discussão da Problemática.....	3
1.1 - A Construção do Objeto de Estudo.....	4
1.2 - A Experiência com o Programa de Defesa Sanitária Vegetal.....	10
1.2.1 - Antecedentes.....	10
1.2.2 - Desdobramentos.....	15
1.2.3 - O Programa e suas diretrizes.....	17
1.2.4 - (In)conclusão.....	21
1.3 - A definição do problema	21
2 - Os Diversos Aspectos do Desenvolvimento.....	26
2.1 - A trajetória Histórica do enfoque de desenvolvimento sustentável.....	30
2.2 - As diferentes concepções de desenvolvimento sustentável e suas consequências práticas.....	34
3 - As questões que interferem na implantação do desenvolvimento sustentável.....	39
3.1 - O Papel do setor público.....	40
3.2 - As políticas públicas e o novo enfoque de desenvolvimento	

agrícola.....	43
3.3 - As concepções metodológicas e as políticas ambientais.....	56
3.4 - O enfoque sistêmico e a interdisciplinariedade.....	60
3.5 - A educação ambiental no setor público.....	63
3.6 - A universidade diante da problemática ambiental.....	66
3.7 - A importância dos consumidores na viabilização das políticas ambientais.....	69
4 - Requisitos para o gerenciamento do desenvolvimento sustentável no setor público.....	75
4.1 - A adoção do gerenciamento ambiental.....	76
4.2 - A “internalização” de um novo enfoque de desenvolvimento.....	82
4.3 - Ecodesenvolvimento: um conceito operacional.....	86
4.4 - O questionamento do modelo agrícola hegemônico.....	90
4.5 - A ação planejadora.....	95
4.6 - O planejamento integrado e participativo.....	98
4.7 - A importância do planejador.....	106
5 - Considerações finais.....	108
Glossário.....	114
Bibliografia.....	115

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se constitui num estudo sobre as dificuldades existentes nas instituições públicas para a implementação de planos e programas direcionados à sustentabilidade do desenvolvimento agrícola.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos:

No capítulo primeiro são discutidos os aspectos vinculados à problemática, destacando a construção do objeto de estudo e a experiência com o programa de defesa sanitária vegetal.

No segundo capítulo, analisa-se o processo de maturação do conceito de desenvolvimento sustentável e suas implicações práticas.

No terceiro capítulo, são sistematizadas as principais questões que interferem na implantação do desenvolvimento sustentável, especificamente o papel do setor público nesse processo.

No quarto capítulo, discute-se os requisitos para o gerenciamento do desenvolvimento agrícola sustentável nas instituições públicas, apontando a importância do planejamento integrado e participativo.

Nas considerações finais, ressaltamos a importância das transformações político-institucionais necessárias para a sustentabilidade do desenvolvimento agrícola, bem como os procedimentos gerenciais fundamentais para a inserção da dimensão ambiental nas organizações públicas.

1 - A DISCUSSÃO DA PROBLEMÁTICA

A Discussão da Problemática

1.1 - A Construção do Objeto de Estudo

A trajetória da realização de uma pesquisa está indissociada da história de vida do pesquisador. Em meu caso, há um percurso longo entre o anseio por um tema significativo a ser elaborado e a sua constituição como uma obra acadêmica. Esta resulta das experiências e conflitos vividos no cotidiano do serviço público, motivo e cenário da investigação.

Assim como inúmeros profissionais, presenciamos o questionamento da função e da estrutura do Estado e de suas Agências no desenvolvimento agrícola, cujo modelo vem sendo abalado pela crise econômica e pelos impactos sócio-ambientais, sem precedentes.

O Estado se move com uma contradição permanente nos seus bastidores, expressa na rede de relações conflituosas de intervenção na sociedade rural; qual seja, as crenças, interesses e objetivos diversos do conjunto dos profissionais que realizam os planos e programas das instituições públicas.

Por um lado, verifica-se a cumplicidade com a reprodução de um estilo de desenvolvimento onde a ciência, a política e a conduta alimentam as distorções e os desequilíbrios nos sistemas sócio-ambientais; por outro, constata-se a presença de agentes que buscam a construção de um novo modo - sustentável - de desenvolver a produção agrícola e a sociedade rural.

O meu primeiro contato com a problemática ambiental deu-se quando da realização da pesquisa ex-ant executada pelo Instituto CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura) e encomendada pelo projeto Microbacias/Bird. Concluída em 1991, objetivou analisar a situação sócio-econômica e ambiental das propriedades agrícolas catarinenses pertencentes às microbacias contempladas pelo projeto.

Naquela oportunidade, participei da coordenação do trabalho de aplicação dos questionários na região do vale do rio do Peixe, no oeste do estado, região essencialmente agrícola. Ao final, em equipe, analisamos a situação social desses produtores. Cabe ressaltar que os resultados evidenciaram um processo acentuado de degradação nos recursos naturais no meio rural, bem como sérias dificuldades sócio-econômicas nessas propriedades agrícolas.

Ainda nesse instituto e em parceria com a GTZ - Entidade Alemã de Cooperação Técnica - que assessorava a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de S.C.) , realizamos um diagnóstico na área de abrangência da COOPERIO (Cooperativa Agrícola do Vale do Rio do Peixe), o qual pretendia apontar os pontos de estrangulamento e as perspectivas futuras para a cooperativa e seus associados.

No entanto, concluído e apresentado o documento, não houve continuidade desse trabalho na instituição, o qual, ao nosso ver, seria concluído com o suporte do setor público ao planejamento das atividades da referida cooperativa, fundamentado nas conclusões do diagnóstico.

Ao final desse mesmo ano, em meio às turbulências da reforma administrativa levada a cabo nas empresas vinculadas à Secretaria da Agricultura, ingressei na EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), no município de Capinzal, empresa esta resultante da fusão das antigas ACARESC e EMPASC, e mais visada pelos “iluminados”, termo utilizado pelos técnicos para caracterizar os indivíduos que planejaram o fato, os quais ousaram, administrativamente e às pressas, realizar a integração da pesquisa e extensão.

Esta reforma é parte integrante da política adotada, naquele momento, pelo Governo de Santa Catarina, de redefinição e redução da estrutura do setor público, coerente com os objetivos da política de liberalização e globalização da economia.

Como membro do grupo de técnicos do programa de Gestão Agrícola/Administração Rural, organizamos grupos de agricultores nos municípios de Ouro e Capinzal. Os produtores foram selecionados por apresentarem sistemas de produção comparáveis, nos quais levantamos dados econômicos e produtivos, visando o futuro planejamento das atividades e a capacitação gerencial dos produtores.

Exatamente aquilo que esse programa não contemplava, a variável ambiental, passou a se fazer presente no cotidiano das aspirações profissionais.

Em meados de 1993, já em Florianópolis e na CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de S.C.), ingressei na equipe de reflorestamento junto ao Projeto Microbacias/Bird, com a responsabilidade de prestar assistência técnica à produção de mudas florestais nos municípios pertencentes à região da grande Florianópolis.

A questão ambiental acima referida, começou a ser vivenciada no exercício profissional, porém, por circunstâncias fortuitas de “indicação” de diretoria, sou substituído no Programa e “estimulado” a ingressar em outro, recém criado, a Defesa Sanitária Vegetal, a qual possuía um Gerente, mas nenhum técnico vinculado exclusivamente à Gerência, e com abrangência estadual.

Em todo caso, designado para coordenação da implantação do programa na referida regional, iniciei um processo de discussão entre técnicos e representantes de entidades representativas de produtores rurais da região. O debate foi crescendo até o ponto de se discutir os paradigmas científicos da agricultura moderna. Decidiu-se enfim, fazer um diagnóstico sobre o problema na região.

O conceito de defesa sanitária vegetal traz implicitamente um elemento crucial da realidade dos técnicos e agricultores: a doença das plantas, os “remédios/venenos” utilizados para a cura, e a saúde do homem. Questões ainda não resolvidas no setor público, assunto postergado nas instituições, por sua complexidade e abrangência, demasiadamente técnico para alguns, não significativo em termos de votos para outros.

E assim, passam os anos, entram e saem as autoridades governamentais e o problema se complexifica, como os resíduos de agrotóxicos que se acumulam no leito dos rios, no tecido vegetal, na natureza humana. E os recursos naturais se esgotam ao limite do que podem sustentar, por que a erosão das terras e o desmatamento, ainda não contidos de maneira geral, agravam o desequilíbrio dos ecossistemas, rompendo-se o fio dinâmico e diverso da vida. Em decorrência, aumenta a incidência

dos agentes patogênicos nas lavouras dos agricultores, e estes, pelo uso irracional, tornam-se dependentes dos agrotóxicos.

A enfermidade na planta é uma das facetas do desequilíbrio no modelo de desenvolvimento vigente na agricultura. Pois a ênfase na solução química, pura e simplesmente, representa a continuidade de um ciclo insustentável, como o alimento do vício de um ser dependente. Um ciclo perigoso como o agrotóxico, sobretudo porque manuseado inadequadamente.

A defesa dos seres vivos, aqui especificamente dos vegetais, significa a busca da saúde. A qual está na dependência de uma série de fatores, entre os quais o equilíbrio dos recursos naturais, a tecnologia adotada e a conscientização de técnicos e produtores. Induz à visão de conjunto e nesse sentido, pressupõe o diálogo e a interação das atividades e instituições relacionadas a essa problemática. É com essa perspectiva que visualizei a elaboração de um programa de ação para esta área.

Por assim acreditar, procurei abrir o ângulo de visão do problema específico da contaminação da natureza (inclusive humana) com resíduos de agrotóxicos. Observei um desfile heterogêneo de entidades correlacionadas, direta ou indiretamente, à incidência progressiva de pragas e doenças na agricultura e às medidas de resolução do problema. Como uma rede entrelaçada, verifiquei que o controle químico de um simples inseto, como a mosca das frutas, por exemplo, tem a ver com o agricultor que se contamina no ato da aplicação, a casa agropecuária onde este compra o veneno, a multinacional (e a abertura dos mercados) com sede do aumento do consumo do seu insumo e com sede na Alemanha, o técnico que recomenda o defensivo às escuras por temer o fantasma do receituário agrônômico, o pesquisador da estação de avisos fitossanitários que informa o período adequado para aplicação, o órgão ambiental que deveria fiscalizar o comerciante, o Ministério da

Agricultura e a fiscalização do trânsito de vegetais, a EPAGRI que pesquisa a epidemiologia do inseto, o controle de qualidade da CIDASC que deveria certificar ao consumidor que a fruta existente nas prateleiras não contém resíduos de agrotóxicos aplicados para o controle da mosca e, finalmente, o consumidor que saboreia o fruto sem saber o que se passa atrás de si.

Exatamente no cerne dessa rede de relações, conflituosas, insere-se o processo de elaboração de um programa de defesa sanitária vegetal que, para ser executado, pressupõe o diálogo e a integração entre os setores público e privado, em âmbito federal, estadual e municipal. O desafio apenas começa com a conclusão da proposta de sua implantação nas diversas regiões de Santa Catarina. À partir daí presenciei uma maratona para a viabilização dos recursos - humanos e materiais - necessários à estruturação nas regiões.

Contudo, os resultados frustram as expectativas; mais uma vez as decisões e os procedimentos não contemplam, na sua essência, as necessidades básicas para a viabilização do programa, ainda distante das prioridades dos dirigentes políticos do setor público.

É importante explicitar de forma mais detalhada a experiência vivida no setor público agrícola, quando da iniciativa de implantação desse programa.

1.2 - A Experiência com o Programa de Defesa Sanitária Vegetal

1.2.1 - Antecedentes

Em meados de 1993 a Secretaria de desenvolvimento Rural e Agricultura, através da CIDASC, cria a gerência de defesa sanitária vegetal, objetivando a prestação de serviços para prevenir e/ou controlar a incidência progressiva de pragas e doenças nas culturas de importância econômica para Santa Catarina. Mais precisamente, um conjunto de atividades orientadas para apoiar os agricultores no seu desafio cotidiano de diminuir as perdas e prejuízos provocados pela ocorrência desses patógenos e, particularmente, minimizar os impactos ambientais advindos da utilização massiva de agrotóxicos na produção agrícola.

Se considerarmos o longo período de omissão estatal no trato desta problemática, não deixa de ser um avanço a criação desse espaço para a gestão do problema, grave por suas proporções.

Cabe destacar que o conceito de defesa sanitária vegetal é elaborado, originalmente, pelo Ministério da agricultura - órgão do Governo Federal - quando da regulamentação (através de Decreto Lei datado de 1934) da importação, exportação, comércio e trânsito de vegetais; objetivando, sobretudo, evitar a disseminação de patógenos causadores de danos às culturas produzidas no país. (MAARA, 1980).

Centralizado nas esferas da União, este enfoque evolui, nestas últimas décadas, nos marcos do processo de modernização conservadora da agricultura, onde

os insumos químicos - e os agrotóxicos em particular - são utilizados como instrumentos privilegiados de defesa sanitária, com sérias implicações aos ecossistemas sócio-ambientais.

Para a estruturação técnico-administrativa da Gerência são realizados seminários nas principais regiões do estado, como forma de viabilizar a participação da pesquisa, extensão, iniciativa privada, etc, nas ações do programa.

No final deste mesmo ano ocorreu a sua implantação na área de abrangência da Grande Florianópolis, cujos municípios caracterizam-se pela produção intensiva de olerícolas (tomate, batata, cenoura, beterraba, etc) e utilização expressiva e indevida de agrotóxicos.

O primeiro procedimento foi a implementação de um mapa de ocorrências fitossanitárias nas principais culturas da região. Para isso seriam definidos alguns informantes fitossanitários que teriam a incumbência de registrar a ocorrência dos patógenos, na sua área de abrangência, informar em seguida o responsável na Administração Regional e este, finalmente, enviar os documentos recebidos ao gerente estadual. Ou seja, o órgão central viabilizaria a análise e o retorno das informações com as medidas necessárias ao controle dos patógenos incidentes nas lavouras.

Um processo moroso e ineficiente, tendo em vista a necessidade de soluções imediatas demandadas pelos agricultores, quando da presença, muitas vezes fulminante, de uma praga e/ou doença no produto.

Foi estabelecido pela Gerência um prazo reduzido para a elaboração dos mapas, confeccionados por técnicos de outras instituições, os quais desconheciam, seguramente, os objetivos e metas do trabalho realizado, e não foram informados e conscientizados sobre a importância de tal procedimento. Além de que, a realização de uma tarefa não prevista nas atividades rotineiras, destinada a outra empresa, gera uma resistência natural entre os técnicos, acostumados a concentrar seus esforços nas atribuições definidas no interior da sua organização. Evidentemente, essa iniciativa de viabilizar uma parceria na execução das ações não obteve o resultado esperado.

De outra forma, e por sugestão de membros da regional, realizaram-se reuniões para se discutir a implantação do programa como um todo. Foram convidados representantes de diversas instituições dos setores público e privado, vinculados à área. Contudo, por mais heterogênea que fossem essas reuniões, não houve a participação e o envolvimento de técnicos e agricultores dos municípios.

Decidiu-se pela não participação de associações de classe, especificamente de Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agrícolas, pois, segundo entendimento dos responsáveis pelo gerenciamento do programa, o corporativismo advindo dessa participação poderia entravar os trabalhos. Entendemos que este procedimento não foi o mais adequado para evitar a influência deste comportamento funcional, aliás bastante forte no serviço público, no bom desempenho das atividades programadas.

Essas decisões gerenciais expressaram a prática do planejamento centralizado, não participativo, onde as definições originaram-se, sobretudo, dos dirigentes das instituições, responsáveis também pela viabilização das políticas públicas para a agricultura. Entretanto, as reuniões tiveram o mérito de problematizar

a contaminação do meio ambiente provocada pelo uso indiscriminado e inadequado de agrotóxicos na produção agrícola.

Um aspecto fundamental veio à tona na medida em que evoluíram as discussões entre os membros do grupo: a indefinição quanto aos objetivos do programa, a curto, médio e longo prazos. Interrogou-se também sobre quem iria implementar as ações, tendo em vista a ausência de metodologia, recursos, metas. Esses questionamentos e sua resolução adquiriram uma importância crucial na implantação das atividades, pois depoimentos posteriores de técnicos da instituição responsável pelo programa, de grande importância ambiental, indicaram que o mesmo não era considerado como uma prioridade dos dirigentes da empresa.

Na medida que evoluíram as discussões, constatou-se as dificuldades existentes em termos de escassez de recursos para pesquisa e o reduzido número de pesquisadores vinculados a essa área, bem como deficiências na fiscalização de insumos e produtos agrícolas - particularmente quanto ao uso e comércio de agrotóxicos - e necessidade de capacitação dos técnicos que atuam a nível de campo.

Afirmou-se a importância de se investir na conscientização de técnicos e agricultores sobre a gravidade da situação dos resíduos de agrotóxicos nos produtos agrícolas. Foi sugerido, inclusive, o envolvimento da área da saúde no programa, para divulgar o problema junto aos consumidores, como forma de garantir o apoio da população. Mas, um dos membros do grupo, com cargo gerencial, fez a ressalva de que, antes de se alertar os consumidores sobre a questão dos agrotóxicos, seria necessário que o setor público proporcione alternativas tecnológicas aos produtores, tendo em vista a inexistência de opções e os elevados riscos econômicos dessa produção agrícola.

Após a terceira reunião chegou-se a conclusão da necessidade de fundamentar cientificamente o programa através da realização de um “diagnóstico educativo” sobre a situação fitossanitária na região. Designa-se uma comissão para elaborar o questionário, o qual porém prioriza as variáveis tecnológicas. Cabe salientar que, para os técnicos, a realização do diagnóstico tem um caráter educativo, justificando assim o termo empregado.

Foram convidados os técnicos municipais da EPAGRI para a aplicação desses questionários junto aos agricultores. Através de amostragem estatística selecionaram-se 257 propriedades rurais, nos 21 municípios da regional. O treinamento para a sua aplicação foi realizado por técnicos da CIDASC, nas dependências dessa empresa. Uma tensão incontida circula entre os membros do grupo, pois, nessa oportunidade, esses profissionais expressaram seu descontentamento pela não participação nas etapas anteriores. Para testar a consistência das questões apliquei 10 questionários no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Os resultados do diagnóstico confirmaram a seriedade do problema ambiental provocado pelo uso irracional de agrotóxicos nessas propriedades agrícolas. Na maioria delas (66%), os entrevistados afirmaram conhecer casos de intoxicações pelo uso de agrotóxicos, numa escala que oscila entre o leve (“sem maiores consequências”); aguda (com hospitalização) e grave (com alguns casos de morte).

De maneira geral, os produtores não usam equipamentos de proteção para aplicação dos produtos; não fazem regularmente a regulagem do pulverizador; não

destinam adequadamente as embalagens vazias, não possuem local definido e recomendado para lavar os equipamentos utilizados para a aplicação dos agrotóxicos. E, segundo depoimentos dos técnicos, inúmeros são os que desrespeitam o período de carência necessário para a comercialização dos produtos agrícolas.

Tabulado e analisado o questionário, a etapa seguinte previa a elaboração de um plano de trabalho fundamentado nos problemas e prioridades identificados pelo diagnóstico educativo fitossanitário realizado na região.

1.2.2 - Desdobramentos

No início de 1995 ocorreu a mudança de governo estadual, com alteração no quadro político. Mudaram os dirigentes das empresas, os gerentes, alguns técnicos foram alocados em outros projetos, ocorre a saída do responsável pelo programa na região e, como de costume no serviço público, a descontinuidade se faz presente e as expectativas geradas para a solução do problema foram abortadas.

Decidiu-se pela elaboração de um projeto estadual de defesa sanitária vegetal, tendo em vista a inexistência de um documento sistemático orientador dessa atividade na Gerência. Feito às pressas, esse projeto serviu como referência para as discussões realizadas com os técnicos, quando da maratona realizada nas regiões visando a implantação do mesmo.

A estratégia utilizada visou informar e debater com os agrônomos participantes das reuniões, sobre a importância e os objetivos previstos na prestação desses novos serviços, vinculados à temática ambiental.

Se, por um lado, ocorreu uma resistência entre os técnicos, por outro, muitos enfatizaram a necessidade de se redefinir a atuação profissional, abrir novos campos de trabalho, adequá-los às exigências da sociedade. Expressaram, nessa oportunidade, que o “mesmismo” institucional, a ociosidade e a debilidade na capacitação constituem um risco importante para a sobrevivência da atividade e do emprego.

Ao longo do ano, várias foram as reuniões realizadas, com a finalidade de diagnosticar a situação da defesa sanitária, fundamentada na relação doença x agrotóxico, e viabilizar as parcerias institucionais necessárias para a execução das ações. Houveram três reuniões entre gerentes e técnicos da CIDASC e EPAGRI, os quais decidiram pela elaboração conjunta de projetos de ampliação e implantação das estações de avisos fitossanitários. Estas objetivam a eficiência no controle de agentes patogênicos e racionalidade na utilização de agrotóxicos na produção agrícola.

Constatou-se que a efetividade na implantação do projeto depende da interação existente entre a pesquisa, a educação sanitária, a extensão rural, a assistência técnica, as estações de avisos fitossanitários, a fiscalização de insumos e produtos e a legislação, serviços esses prestados por diferentes entidades do setor agrícola, públicas e privadas, e das diferentes esferas, federal, estadual e municipal. No entanto, há que se avançar muito, ainda, na construção da interdisciplinariedade nas diversas instituições. Por mais que se tenha oportunizado essa interação entre os diferentes profissionais, predomina ainda a visão compartimentalizada dos problemas, os interesses corporativistas e os preconceitos entre as diferentes áreas.

1.2.3 - O Programa e suas Diretrizes

A série de eventos, diagnósticos e pesquisas resultaram na reformulação do projeto original e, sintetizando as experiências anteriores, elaborou-se o programa de defesa sanitária vegetal, documento base para o planejamento da atividade.

Em virtude da complexidade e gravidade dos problemas vinculados à área, as estruturas do setor público agrícola - que normalmente deveriam intervir antecipadamente - encontram-se com sérias dificuldades em atender as demandas crescentes. A execução dos serviços de defesa sanitária vegetal em Santa Catarina, para funcionarem à contento necessitariam uma ampliação e capacitação da sua estrutura, em relação a técnicos, laboratórios, equipamentos, veículos, etc, tendo em vista a internalização, no gerenciamento, do enfoque preventivo e educativo, bem como a proposição de tecnologias alternativas como medidas de controle de pragas e doenças.

Verificou-se nesses últimos anos um relativo descompromisso do Estado em investir no incremento da infra-estrutura básica das instituições públicas, salvo raras exceções.

Se considerarmos as iniciativas sistemáticas do Governo federal em descentralizar e delegar suas atividades, estabelecendo convênios de parceria com os estados, supõe-se que os recursos necessários para o investimento e ampliação dos serviços tendem a escassear, exceto aqueles que são incumbência exclusiva da União. A cooperação entre as diversas entidades poderia vir a ser, então, uma ferramenta eficaz para a diminuição das debilidades.

Há um conflito permanente na estrutura de Defesa Sanitária Vegetal do MAARA em Santa Catarina. Por um lado, constata-se a precariedade nos serviços prestados - seja pelos escassos recursos humanos e materiais, ou mesmo pela débil atualização profissional do seu quadro técnico - por outro, reproduz-se uma resistência à delegação de competências à S.D.A, cujas empresas vinculadas possuem uma abrangência estadual.

Tradicionalmente o controle de pragas e doenças é realizado com o uso de agrotóxicos, após os primeiros sintomas e como único recurso dos produtores. Tal qual um beco sem saída, pois a regra é a inexistência de opções, submetidos que são aos elevados riscos econômicos da produção agrícola.

Entretanto, esta medida extrema de controle não é realizada de forma adequada, sendo corriqueiro o uso incorreto de quantidades e números de aplicações, inferiores ou superiores às reais necessidades. Isto é, muitos são os problemas verificados no que diz respeito à tecnologia de aplicação de agrotóxicos, resultando graves riscos de contaminação ao homem e ao meio ambiente.

Práticas de controle mais econômicas, comprovadamente eficientes e que não agredem o meio ambiente são muito pouco utilizadas pelos agricultores. Entre as quais, os controles integrado e biológico de pragas e doenças, combinação de técnicas e métodos que visam a diminuição do uso de agrotóxicos, são alternativas em potencial que necessitam ser pesquisadas e difundidas na agricultura.

Por sua envergadura e complexidade, a fiscalização mais intensiva quanto ao uso e comércio dos agrotóxicos, como vem exigindo a sociedade, determina a necessidade de se ampliar a estrutura de recursos humanos e materiais existentes

atualmente no estado. A fiscalização de agrotóxicos (um dos serviços de defesa sanitária) que era de incumbência do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, foi delegada aos estados. Essas atividades de controle de agrotóxicos, pesticidas e outros biocidas, em Santa Catarina, competem à FATMA (Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente de S.C.), a qual, por falta de estrutura, não vem prestando esse serviço como seria necessário. Isto demonstra o descaso governamental com o problema.

No entanto, o recurso da fiscalização em si e por si, como forma de se vigiar e punir os que burlam a legislação prevista, tem se tornado insuficiente para o anseio crescente de se utilizar racionalmente os agrotóxicos na agricultura. Nesse sentido, considera-se indispensável a viabilização sistemática e permanente de ações educativas, como forma de se capacitar os agricultores a conhecer e realizar o uso adequado de agroquímicos. Cabe ao setor público agrícola, por sua estrutura e coresponsabilidade na questão, apresentar as alternativas produtivas que permitam aos agricultores reduzir o uso intensivo desses insumos.

Àqueles que, devidamente informados dos problemas causados pelo uso e comércio indevido, deliberadamente persistirem no erro, devem então prestar contas da sua infração. Aqui a fiscalização cumpre o seu papel, cabendo aos órgãos ambientais oficiais aplicar eficientemente as medidas previstas na legislação.

Nos países mais desenvolvidos, onde se adota com mais facilidade as tecnologias modernas, as estações de avisos fitossanitários constituem um dos métodos mais eficazes - e viáveis financeiramente - no controle de pragas e doenças, um sistema de alerta preciso à disposição dos técnicos e produtores. Em nosso caso, os agricultores mais tecnificados valorizam esse sistema e sugerem sua ampliação e/ou implantação nas diversas culturas.

Este trabalho tem como base científica a interrelação existente entre as diversas fases do ciclo vegetativo das plantas e a biologia das pragas e patógenos das culturas estudadas, aliadas às condições meteorológicas reinantes em cada momento considerado. O estudo e a observação desses segmentos permite determinar no decorrer dos anos, para a maior parte das culturas, os períodos de risco de ataque dos seus principais inimigos. (EPAGRI/CIDASC, 1995). A finalidade dessas estações não é o nível zero de ataque, mas obter o máximo de produtos sadios, pelo uso mínimo de defensivos agrícolas, coincidindo com a concepção de “controle integrado”, que é um dos fundamentos dos avisos fitossanitários. Essa tecnologia vem permitindo, nas áreas trabalhadas, uma redução de 60 a 70% no número de aplicações de defensivos, propiciando uma economia significativa para os produtores, além de menor agressão ao meio ambiente

Em Santa Catarina existem duas estações de avisos para a cultura da maçã, instaladas nas cidades de Fraiburgo e São Joaquim. Os ótimos resultados alcançados nessas regiões, tornam viável sua ampliação e implantação em outras culturas. São mantidas, precariamente, através de um convênio entre MAARA, S.D.A, EPAGRI e CIDASC.

A operacionalização do programa prevê a constituição de um sistema de monitoramento, vigilância, análise e difusão de ocorrências e informações fitossanitárias, bem como a realização de intercâmbios, convênios, parcerias entre os setores público e privado que atuam na agricultura (federais, estaduais e municipais) para a viabilização dos recursos e implementação das ações. Pois, as diferentes atividades de defesa interagem entre si, no entanto sua execução é delegada a instituições diversas, as quais, imersas nas suas especificidades, com uma série de limitações, não são estimuladas ao intercâmbio e à visão de conjunto dos problemas. Nesse sentido, “por mais que seja complexa a aproximação dos diferentes segmentos,

é fundamental estimular as iniciativas que visam a unidade nas ações e a melhoria da qualidade dos seus serviços, os quais, no seu conjunto, compõem o quadro da defesa sanitária vegetal em Santa Catarina". (CIDASC, 1995).

1.2.4 - (In)conclusão

Coordenado e supervisionado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura, o programa atribuiu a esta a competência de definir as políticas públicas que possibilitassem a execução do plano de trabalho, bem como conseguir os recursos e os meios necessários para tal finalidade.

O desafio começou quando da sua implantação efetiva, pela necessidade de mobilização de recursos, pela exigência de definições para viabilização das parcerias, convênios, alocação de técnicos, etc. Nesse momento entram em jogo os interesses institucionais e pessoais, afloram os conflitos, prevalecem o corporativismo, as prioridades já estabelecidas. E, particularmente, numa conjuntura de recessão econômica, as metas foram reduzidas ao máximo, muito aquém do previsto e necessário para estruturação das atividades. Antes, como agora, a política e a cultura das organizações, solapadas pela escassez de recursos, dão as tintas e os rumos do planejamento.

1.3 - A definição do Problema

Na conferência realizada em Porto Alegre, no período de 18 a 22 de setembro de 1995, sobre tecnologia e desenvolvimento rural sustentável, afirma-se como imperiosa a adequação da geração e difusão da ciência e tecnologia para a agropecuária, bem como o ensino profissionalizante, às características de conteúdo e procedimentos do desenvolvimento sustentável, com conseqüente política de recursos

financeiros, de pessoal e institucional. Levando-se em consideração as diversidades e especificidades dos ecossistemas e realidades históricas e sócio-culturais das regiões.

Ressalta-se, enfim, na agenda de compromissos resultante dessa conferência internacional, a importância das políticas públicas como instrumento chave na implantação do desenvolvimento rural sustentável, através da interlocução criativa e democrática entre Estado e sociedade civil, conjugando viabilidade econômica, qualidade de vida para o agricultor e para o consumidor e equilíbrio ambiental.

Nessa mesma linha, como resultado do diagnóstico sócio-econômico e ambiental do oeste catarinense, realizado por pesquisadores do centro de pesquisa para pequenas propriedades da EPAGRI de Chapecó, assessorados por John Wilkinson e José Eli da Veiga, destaca-se o papel essencial do setor público na transição do modelo vigente na agricultura para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola naquela região. Os pesquisadores indicam a necessidade de se adequar a pesquisa, a extensão e as demais instituições do setor agrícola à nova proposta de desenvolvimento para o meio rural. Citam os principais problemas ambientais, quais sejam a contínua erosão dos solos, os dejetos de suínos e a baixa disponibilidade e qualidade da água, bem como sua contaminação com agrotóxicos.

Entretanto, por mais que se afirme o papel do setor público na edificação de um novo modelo para a agricultura, fundamentado em depoimentos, projetos e iniciativas de diversos agentes das instituições estatais, as prioridades e estratégias adotadas nos planos e programas das empresas, de maneira geral, ainda estão longe do enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento agrícola.

Ou seja, constatamos, ainda, obstáculos consideráveis nas instituições públicas, para a operacionalização de um novo estilo de desenvolvimento agrícola, limitando a adoção de enfoques e tecnologias sustentáveis.

Quando se examinam os problemas que limitam o desenvolvimento e a adoção de agroecossistemas sustentáveis, é impossível separar os problemas biológicos em se praticar uma agricultura “ecológica”, dos problemas sócio-econômicos de crédito inadequado, tecnologia, educação, sustentação política e acesso ao serviço público. “As complicações sociais, muito mais do que as técnicas, parecem ser as barreiras principais para a transição de sistemas de produção com alto uso de capital e energia para os sistemas agrícolas de uso intensivo de mão-de-obra e baixo consumo de energia”. (Altieri, 1989).

Ou seja, não é possível se desconsiderar a importância das variáveis sócio-políticas, suas implicações e conflitos, quando se investigam os desafios da transição para a sustentabilidade na agricultura, sobretudo porque os técnicos e gerentes constataam, regularmente, que as decisões políticas, a grosso modo, “dão as tintas” do planejamento institucional.

Por outro lado, acirra-se o debate, seja nas atividades profissionais ou no gerenciamento ambiental, em torno do processo de modernização agrícola e seus desdobramentos ideológicos. Qual seja, a polêmica que opõe, de um lado, os adeptos da chamada agricultura orgânica ou biológica e, de outro, os defensores das práticas agrícolas consideradas modernas. Segundo Romeiro (1992) a mesma tem se revelado mais um diálogo de surdos do que um verdadeiro debate. “Os primeiros são tachados de a-científicos, românticos ou utópicos. Os segundos são acusados de comprometimento com os interesses econômicos dominantes, representados principalmente por aqueles das grandes empresas produtoras de insumos e

equipamentos agrícolas. Tem-se criado, desta forma, um quadro adverso à busca serena da verdade”. É imperioso, conclui o autor, procurar romper este impasse e lançar as bases para um entendimento que conduza a um redirecionamento do processo de modernização da agricultura, no sentido de práticas agrícolas ecologicamente equilibradas.

Vivenciamos, atualmente, a implantação pelos dirigentes políticos do setor público estadual, a reforma na estrutura e no papel do Estado no que se refere à agricultura. Com suas peculiaridades determinadas pelo contexto da globalização da economia, e resgatando o fio condutor que movia a tentativa - parcialmente alcançada - do governo anterior de redefinir as funções estatais em Santa Catarina, projeta-se agora, com a pitada essencial da receita néo-liberal, a parceirização e/ou privatização do patrimônio público, bem como a reforma administrativa das instituições e a consequente redução do seu quadro de funcionários.

Particularmente inserida nessas transformações, a CIDASC - Companhia de economia mista criada pelo Estado para promover, de forma integrada com as demais organizações públicas, o desenvolvimento agrícola em Santa Catarina - seus dirigentes e funcionários, vivem um momento crucial onde se atualiza o questionamento de algumas das suas funções, importantes para a sociedade; desde que efetivamente estruturadas e eficazes nos serviços prestados à comunidade, indistintamente.

Nesse sentido, atividades como o controle de qualidade de produtos e insumos agrícolas - essencialmente uma função de Estado e de importância vital para os consumidores - podem ser prejudicadas se não forem garantidos os recursos para sua execução.

Por outro lado, a conjuntura oportuniza o questionamento, também, da quantidade e qualidade dos serviços oferecidos pelos mais diversos profissionais do setor (gerenciadores ou gerenciados), dos encargos necessários a sua manutenção e da distribuição administrativa e geográfica do corpo técnico. Bem como, suscita a reflexão por parte daqueles que - não alinhados à proposta hegemônica de condução das transformações nas instituições - negligenciam a necessária e premente elaboração e proposição de um projeto alternativo global de desenvolvimento agrícola.

É nesse cenário que se insere o debate, polêmico, sobre a importância do Estado dinamizar o planejamento do desenvolvimento rural sustentável.

Não é objetivo desta dissertação a análise pormenorizada da atuação do Estado no que diz respeito ao conjunto dos problemas ambientais. À luz da experiência adquirida no gerenciamento de um programa vinculado à problemática ambiental, interessa-me investigar: Por que é difícil no setor público agrícola a operacionalização do enfoque de desenvolvimento sustentável?

Enfim, toda a sua elaboração está centrada na particularidade de se identificar, nestas organizações, os principais obstáculos que dificultam a transição para a sustentabilidade agrícola, este novo modelo de se fazer agricultura.

2 - OS DIVERSOS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO

Os Diversos Aspectos do Desenvolvimento

O ser humano vive hoje um grande desafio: criar as bases para a sustentabilidade da vida no planeta. Uma necessidade global, tendo em vista a dimensão que adquiriram, nestas últimas décadas, os impactos sócio-ambientais do desejo insaciável de desenvolvimento econômico da civilização contemporânea.

A crise ecológica configura-se como parte de uma crise maior vivida pela sociedade moderna, abrangendo os aspectos sociais, econômicos, políticos, ideológicos e morais. Isto é, nossas sociedades foram muito longe ao almejar, através do poderio tecnológico, transformar a natureza em função dos objetivos exclusivos de rentabilidade econômica.

O risco nuclear, o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, ou seja, os sinais da artificialização crescente de nossa relação com o meio nos ensinaram, no final deste século, que o inimaginável bem poderia igualmente sair da ação do homem sobre a natureza, colocando em perigo a própria vida. (Alphandéry, 1992).

Responsabilizam-se os dirigentes dos principais regimes políticos da era moderna, os quais, seja no Estado ou nas empresas privadas, implantaram infra-estruturas produtivas com elevados riscos e impactos sócio-ambientais.

O desenvolvimento capitalista foi particularmente nocivo ao meio ambiente. Bastaria apenas recordar que “a primeira grande onda de devastação da vegetação de florestas e bosques foi para o abastecimento da metalurgia e para a calefação e a alimentação urbana na Europa. Em seguida, é o início do ciclo infernal de riscos no

trabalho e de problemas de saúde e ambientais no circuito do carvão mineral, nestas mesmas regiões européias e depois asiáticas, americanas, africanas e australianas”. (Sevá Filho, 1993).

Porém, há uma questão ambiental grave também nos países que viveram décadas sob o comunismo, ressalta esse mesmo autor. “ Os fatos não deixam desmentir, servem até para comprovar que, afinal, a situação deles também é preocupante: a catástrofe da energia nuclear em Chernobyl; as zonas ácidas e negras do carvão na Silésia, na Bohemia e na Ucrânia; os problemas com o já velho parque petrolífero do Cáucaso e do mar Cáspio; a diminuição da água do mar de Aral; os riscos de contaminação da maior reserva de água doce do mundo, o lago Baikal, nas cordilheiras entre a Sibéria e as Mongólias” (Sevá Filho, 1993).

Atributo singular da era da globalização da economia, a concorrência selvagem que se impõe a todos os países, leva-os cada vez mais a considerar a natureza mais como um recurso a ser dominado e apropriado do que a concebê-la como um patrimônio comum a ser conservado e transmitido em sua diversidade às gerações futuras. (Alphandéry, 1992)

Como contraponto da unilateralidade de tal estilo e modo de vida, o homem se afastou da natureza. E a intensificação da exploração entre os homens agudiza o processo de degradação ambiental, seja pelo esgotamento dos escassos recursos da grande maioria dos cidadãos, ou devido ao consumismo exacerbado dos segmentos favorecidos da população.

No que diz respeito ao Brasil, as estratégias de desenvolvimento adotadas desde os anos 50, privilegiam o crescimento econômico a curto prazo, mediante a modernização maciça e acelerada dos meios de produção.

A industrialização, a implantação de grandes projetos de infra-estrutura e a exploração de recursos minerais e agropecuários para fins de exportação, fazem parte dessas estratégias, que têm produzido importantes impactos negativos no meio ambiente. Estes assumem as mais variadas formas, tais como a super exploração de recursos naturais, a poluição do ar, da água e do solo, problemas de erosão e assoreamento de cursos d'água, o desmatamento indiscriminado, etc (Monosowski, 1989).

Quer dizer, o desenvolvimento econômico obtido, recentemente, não atendeu às aspirações essenciais de subsistência da maioria da população, com reflexos negativos nas suas condições de vida. Esta herança social traz uma série de implicações nas perspectivas de desenvolvimento projetadas para o nosso país.

Ignorando-se os níveis de interdependência entre essas diferentes crises, estabelece Stahel (1995), a preocupação ecológica (na sua concepção reducionista) ameaça desviar a discussão de outros temas, como o são a questão dos desequilíbrios nas relações de poder econômico e político, as relações de dependência internacionais e a própria lógica de um sistema que gera uma minoria de privilegiados às custas de uma maioria que, não tendo acesso aos frutos materiais do desenvolvimento, se contentam em usufruir dos seus lados negativos: as condições de trabalho sub-humanas, a poluição e a vida na periferia das grandes metrópoles, a violência e a desagregação social, as condições de alienação e desenraizamento social, etc. Porém, interroga o autor, será que não se discutindo estas questões, alguma forma de sociedade sustentável é possível?

As experiências nada promissoras vividas por inúmeras sociedades da América Latina, nesses últimos anos, evidenciam que a compatibilidade entre crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação ambiental não se processa de maneira espontânea; atualizando, assim, o questionamento acima explicitado.

O processo de maturação do conceito de desenvolvimento sustentável se expressa na série de eventos sobre desenvolvimento e meio ambiente, promovidos por organizações internacionais. O resgate histórico feito a seguir procura sistematizar tal evolução.

2.1 - A Trajetória Histórica do Enfoque de Desenvolvimento Sustentável

O conceito de ecodesenvolvimento foi elaborado, particularmente, à partir da necessidade de se superar o reducionismo dos enfoques, até então vigentes, sobre a relação entre crescimento econômico e preservação ambiental.

De um lado, situava-se a concepção de que os problemas ambientais, embora muitas vezes graves, não representavam uma ameaça ao futuro da humanidade, sendo, quando muito, um mal menor, o preço a pagar pelo progresso. De outro, encontrava-se aquela para a qual, ao contrário, a degradação do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais não renováveis representavam a mais séria ameaça à sobrevivência da humanidade, sendo que a única maneira de afastá-la seria frear o crescimento econômico, isto é, o crescimento zero. (Romeiro,

1992). Em síntese, por mais diversos que fossem os argumentos, havia uma contradição entre crescimento econômico e preservação ambiental.

A concepção ecodesenvolvimentista procura romper este impasse, propondo que a compatibilização entre economia e ecologia não somente é possível como também é condição necessária para o progresso. Pois, se o crescimento econômico, traduzido pelo aumento da produção material, está na base do progresso humano, a degradação do meio ambiente compromete desde já a qualidade de vida dos indivíduos e das coletividades diretamente expostos às suas consequências mais nefastas, além de ameaçar o próprio futuro da humanidade (Romeiro, 1992).

Ignacy Sachs propôs os princípios básicos que integram esta nova visão de desenvolvimento, quais sejam: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação. Esse mesmo autor utiliza os conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos. Adotamos no decorrer do trabalho o mesmo procedimento.

A maturação desse conceito é fruto, também, dos eventos sobre desenvolvimento e meio ambiente promovidos por organismos internacionais, como por exemplo, a reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), realizada em 1974 e que resulta na Declaração de Cocoyok. Ou mesmo do trabalho da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), de cujo evento - realizado em 1987 - resulta o Relatório Brundtland. O qual sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama

também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual.

Cabe salientar que em comparação com as discussões nos anos 70, mostra o relatório da comissão Bruntland (Nosso Futuro Comum) um grau elevado de realismo. Todavia, “a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados tem, em comparação com os documentos internacionais anteriores , um espaço bastante diminuído” (Bruseke, 1995).

Mais recentemente., em junho de 1992, reuniram-se no Rio mais de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de governos, para participar da conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED).

Apesar das restrições e críticas feitas quanto aos resultados dessa conferência, reitera esse mesmo autor, documentou a UNCED o crescimento da consciência sobre os perigos que o modelo atual de desenvolvimento econômico significa. Em decorrência, a interligação entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente, durante décadas ignoradas, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo.

Nesta oportunidade, paralelo à conferência oficial, realizou-se o Fórum Global com a participação das ONGs e representantes de inúmeras entidades da sociedade civil. Porém, há uma distinção essencial entre os dois eventos, pois “enquanto na primeira predominaram o debate tecnocrático, as recomendações técnicas de cima para baixo, os impasses criados pela luta pelos interesses imediatos dos diferentes agentes, na segunda predominou um debate não-hierarquizado, a

preocupação com o respeito da diversidade cultural, os interesses das minorias e a condenação do “establishment” tecnocrático”. (Stahel, 1995).

Rapidamente disseminado e adotado pelas entidades internacionais, o conceito de desenvolvimento sustentável se constitui como uma alternativa às concepções e modelos tradicionais de desenvolvimento, profundamente abalados por seus impactos e distorções.

Está presente na infinidade de projetos elaborados nos países do terceiro mundo, à cata de recursos internacionais para a viabilização do desenvolvimento pautado na trilogia: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Segundo Stahel, este conceito está hoje no centro de todo o discurso ecológico oficial, sem que haja um mínimo consenso quanto ao seu significado e sem que sequer se tenha colocado a questão, no entanto crucial, se tal conceito tem algum sentido dentro do quadro institucional e econômico atual, o capitalismo. Considera que, ao buscar-se um desenvolvimento sustentável hoje está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto, não se questionando a própria possibilidade de uma tal sustentabilidade, o conceito corre o risco de tornar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo.

Dessa forma, discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade, resulta em um discurso genérico. Pois, “uma sociedade sustentável depende, antes de tudo, de uma reconstrução política total da sociedade contemporânea” (Stahel, 1995).

2.2 - As Diferentes Concepções de Desenvolvimento Sustentável e suas Consequências Práticas

Aqui e ali há os que agem conscientes de que seus atos podem beneficiar ou impactar o meio em que vivem. Por assim pensar, buscam a internalização nas práticas cotidianas os fundamentos que sustentam o ciclo da vida, preservando-a, para o benefício de todos, em qualquer tempo e lugar. Motivados por tal filosofia não medem esforços, em seus locais de trabalho, para tornar realidade a nova e necessária perspectiva de desenvolvimento da sociedade.

Importa registrar que o termo “internalização” vem sendo utilizado regularmente pelos profissionais das organizações públicas e refere-se à adoção do componente ambiental nas políticas dessas instituições. Nesse sentido será utilizado no decorrer do trabalho.

Nos países industrializados a problemática ambiental é parte integrante das mobilizações populares, constituindo-se inclusive partidos políticos específicos, como é o caso do Partido Verde na Alemanha.

Em nosso caso, os organismos da sociedade civil ainda estão construindo os duros caminhos da cidadania. Nesse sentido, ainda estamos muito longe do nível de organização e de conquistas a que se chegou na maioria dos países mais ricos, e até em alguns mais pobres e menores do que o Brasil (Sevá Filho, 1993)..

É recente a inclusão, pelos movimentos populares e suas organizações, da problemática ambiental no conjunto de suas reivindicações e prioridades. De maneira geral, deixa-se em segundo plano a dimensão política quando das lutas pela defesa do meio ambiente. Estas, centradas na exigência de transformações técnicas, caracterizam-se por sua excessiva heterogeneidade e parcialidade, dificultando a formação de um projeto político unificado que questione as causas estruturais da destruição da natureza e da deterioração da qualidade de vida da população.

No entanto, os movimentos ecologistas expressam, de maneira original, uma nova forma de cidadania, cotidiana, fragmentada, tendo em vista a multiplicidade dos processos sociais vividos pelos indivíduos na atualidade. Mais concretamente, “as lutas ecológicas manifestam, seja de maneira construtiva, seja por seu próprio conservadorismo, uma aspiração a novos direitos e deveres cívicos ligados às diferentes facetas do indivíduo moderno: direito do morador, direito a um controle sobre a evolução da ciência e da técnica, direito do usuário, direito das minorias, direito à autonomia e a formas mais diretas de democracia, dever de respeito em relação à natureza, dever de solidariedade, de ajuda mútua e de vizinhança, dever de um modo de vida mais poupador, etc. Em resumo, pode-se legitimamente pensar que, através da própria fragmentação das lutas ecológicas, é ao esboço de uma nova cidadania que assistimos”. (Alphandéry, 1992).

Assim como há uma diversidade nas lutas e entre os cidadãos, há entendimentos variados quanto ao conteúdo conceitual do termo ecologia, com implicações nos objetivos dos ecologistas. É interessante destacar como esse mesmo autor os distingue. Para alguns, a ecologia não é um sistema geral de explicação do mundo, mas um procedimento essencialmente pragmático, feito de contestações e participações pontuais nas instâncias de decisão, cujo objetivo é a lenta reforma dos comportamentos técnico-econômicos cotidianos, a melhoria, passo a passo, do meio

de vida dos países industrializados e a supressão paulatina das injustiças que atingem o terceiro mundo.

Outros atribuem à ecologia ambições mais amplas, não tanto do ponto de vista prático, mas sim teórico. Nessa perspectiva, a ecologia permitiria à humanidade libertar-se de sua excessiva confiança na ciência, economia e tecnologia, graças à conscientização da complexidade planetária crescente das relações entre o homem e a natureza. Ao mesmo tempo científica, atuante e humana, ela deveria engendrar, no homem de ciência, naquele que toma as decisões ou no cidadão comum, uma consciência e hábitos novos, combinando o respeito à natureza e as necessidades da arte humana. Encarnaria, o humanismo do futuro. 9

Outros, enfim, reconhecem na ecologia um estatuto ainda mais ambicioso. Ou seja, ela não seria apenas uma forma renovada do humanismo, mas representaria uma verdadeira revolução cultural, uma modificação completa das formas de apreensão e de agir no mundo, baseada, em última instância, naquilo que se costumou chamar de abordagem sistêmica, a qual, enquanto esperança de um saber transdisciplinar e de uma pedagogia multidimensional, procede da vontade de superar a divisão científica tradicional entre ciências exatas e humanas, a fim de apreender a complexidade de relações entre natureza e cultura. 5

14

Particularmente, no plano ético, Moraes (1994), faz uma discussão sobre as diferentes posturas - definindo-as como ações orientadas por valores e princípios - presentes com certa força na comunidade científica (como também entre os profissionais das instituições públicas) que se dedica à problemática ambiental.

Com presença marcante destaca-se o naturalismo, ou, a postura filosófica naturalista perante o mundo, perante a história, perante a relação homem-natureza, que toma a problemática ambiental numa perspectiva que perde totalmente a sua dimensão social. Tratam-se daqueles discursos que vêem o homem apenas como fator de alteração do equilíbrio de um meio; daquelas análises que não falam de sociedade mas apenas da "ação antrópica", uma variável a mais num conjunto de fatores basicamente naturais; a relação homem-natureza, assim, sendo concebida sem a mediação das relações sociais.

Mais precisamente, abstraindo a dimensão social da questão ambiental, o naturalismo dilui as implicações políticas de seu manejo - como se as "soluções técnicas" não envolvessem decisões políticas, interesses, projetos e perspectivas conflitantes, etc.. Em decorrência, visa, ao buscar uma legitimação integralmente auto-centrada, autonomizar a ciência em relação à sociedade que a gerou, pondo a técnica como algo acima dos conflitos e das disputas; enfim como uma aura de verdade só acessível a seus próprios formuladores.

Por paradoxal que seja, exatamente aqueles pesquisadores mais diretamente envolvidos com o planejamento e os órgãos públicos, logo, os que mais diretamente podem aferir o peso político das decisões "técnicas", são os que geralmente professam com maior ênfase o neutralismo tecnicista.

Como a antítese da anterior, o romantismo, que permeia muitos discursos referentes à temática ambiental, peca pelo inverso: se o tecnicismo nega a dimensão política, o romantismo peca por uma excessiva politização, na maioria das vezes com fundamentações frágeis ou inadequadas. Assim, temos muito uma espécie de bom senso bem intencionado, ingênuo, ao tomar a política como reino da pura vontade - como se a política não tivesse sua lógica e suas determinações.

Do ponto de vista da questão ambiental, o romantismo se manifesta, por exemplo, no preservacionismo radical que, no limite, pode veicular perspectivas anti-humanísticas ao colocar a natureza como um valor maior que o homem. Num país como o Brasil, com uma imensa dívida social, a postura romântica tem uma potencialidade profundamente perigosa.

Não se tratam apenas de idéias e concepções, conclui Moraes (1994), mas de idéias que se materializam em projetos, em estruturas burocráticas, em encaminhamentos de investigações, em programas de pesquisas, em financiamentos e, mesmo, em políticas públicas.

Como consequência dessas concepções, presentes na cultura das instituições públicas, verifica-se uma débil transparência no processo decisório, tendo em vista o caráter centralizador e a delegação de responsabilidades aos tecnocratas. Por essa via, a dimensão política questionadora da definição dos critérios de qualidade do meio ambiente é eliminada, predominando a lógica do conhecimento científico objetivo, alheio às aspirações e demandas sociais.

**3 - AS QUESTÕES QUE INTERFEREM NA IMPLANTAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

As Questões que Interferem na Implantação do Desenvolvimento Sustentável

Serão analisados neste capítulo os elementos que interagem no enfoque de desenvolvimento sustentável, quais sejam, a importância do setor público na implantação do novo modelo, as concepções metodológicas presentes nas políticas (particularmente destacando a visão sistêmica e a interdisciplinariedade), a educação e o papel da universidade diante da problemática ambiental. Por último, resgata-se a presença dos consumidores/cidadãos enquanto grupos de pressão por mudanças nas políticas públicas.

3.1 - O Papel do Setor Público

A inserção de parâmetros ambientais no processo decisório depende de vontade política, que se exprimiria em todos os níveis do planejamento, ou seja, no estabelecimento de políticas, programas, planos e projetos, nas leis e regulamentos e na partilha de recursos. Uma vez que a gestão do meio ambiente foi considerada um objetivo marginal e até mesmo conflitante em relação a objetivos mais imediatos, como o crescimento econômico, a questão ambiental se viu relegada a segundo plano nas prioridades governamentais (Monosowski, 1989).

O instrumento básico utilizado pelo Estado para induzir o processo de modernização foi o planejamento, concebido como mecanismo da intervenção deliberada sobre os diferentes lugares.

No Brasil o aparelhamento do Estado para levar a cabo uma proposta de modernização planejada inicia-se no primeiro governo Vargas, mais especificamente durante a ditadura do Estado Novo. Tal processo se dá em meio a uma profunda concentração do poder no nível da União, que por sua vez age como gestora de políticas territoriais nas diferentes escalas. (Moraes, 1994).

Em 1964 é proposto o Plano de Ação Econômica do Governo; quatro anos depois é a vez do Plano Econômico de Desenvolvimento. Porém a iniciativa mais completa nesse sentido vem com o Plano Nacional de Desenvolvimento em 1970. Essas iniciativas expressam, porém, o caráter autoritário do regime, fundamentando-se num estilo de planejamento autocrático e hipercentralizado.

Um tipo de articulação presente nesses planos, pode ser exemplificado com a relação entre o projeto de desenvolvimento agrícola buscado e o incentivo e investimento em determinados setores industriais. A quimificação da agricultura se faz assim acompanhar da instalação de vários polos petroquímicos no país. Contudo, ressalva Moraes (1994), mais importante é destacar o caráter anti-social presente no estabelecimento das prioridades e metas e na definição dos seus meios de implementação.

Durante a década de 80 vivenciamos a supremacia das ações do campo econômico, com a gradual proliferação de projetos específicos e desconectados. Nesse sentido, perde força a visão global de inter-relacionamento das políticas públicas da União.

Com a ascensão de Collor ao poder, aprofunda-se a desarticulação dos aparatos estatais de planejamento ainda existentes, debilitando a intervenção racional

sobre a realidade brasileira; isto é, a extinção e o sucateamento da estrutura institucional foram, nesse momento, marca registrada da política governamental, dificultando, sobremaneira, a possibilidade de se planejar as políticas públicas de forma integrada. O termo racional é empregado no sentido de uma intervenção organizada, onde o planejamento coordena a atuação dos diversos segmentos estatais.

Em que pese a onda avassaladora do desmantelamento estatal, a área ambiental conquistada, nesses últimos anos, uma significativa expansão no seu campo de ação. (Moraes, 1994).

Contudo a evolução ainda insuficiente desse setor é decorrente, também, da sua estruturação como um campo particular, com políticas próprias. Ou seja, por determinações intrínsecas a seu campo de atuação, um bom planejamento e execução de políticas ambientais requer diálogos variados e uma articulação de diversos interlocutores na área pública e privada. Assim, o planejamento ambiental está condenado à integração setorial e entre escalas de governo. Porém, os órgãos ambientais não podem ser vistos como mais um setor da administração mas como um elemento de articulação e coordenação intersetorial, cujas ações perpassam diferentes políticas públicas. (Moraes, 1994).

Por outra via, mas com o mesmo entendimento, ressalta-se que a inadequação do atual quadro institucional para o planejamento e o gerenciamento ambiental, é devido à existência de interesses setoriais contraditórios, segundo as atribuições de cada instância de governo (prefeituras, ministérios, empresas mistas, etc).

Como consequência dessa política, observa-se uma tendência, entre os órgãos setoriais, à definição de suas estratégias segundo uma racionalidade corporativista e limitada. A disputa por recursos e poder entre órgãos setoriais conduziu a uma rígida demarcação de competências, tendo inclusive dificultado as tentativas de coordenação interinstitucional, necessária à implementação de políticas ambientais integradas e abrangentes. (Monosowski, 1989).

Nesse sentido, a área ambiental pode propiciar no setor público a retomada de um planejamento global e articulado, desde que internalizado quando da elaboração dos planos. Para isso, necessitará, certamente, de um exaustivo trabalho de viabilização política; premissas estas indispensáveis para a efetivação de um desenvolvimento equilibrado da sociedade inteira, “com uma perspectiva multidimensional, que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo. Isso, no fundo, é o ponto de partida da teoria do desenvolvimento sustentável. Apesar da sua estrutura ainda inacabada, aponta este conceito na direção certa”. (Bruseke, 1995).

Trilhar o caminho da sustentabilidade implica necessariamente na redefinição do papel das organizações do Estado, no enfoque que orienta o planejamento e, particularmente, reverter os rumos e prioridades das políticas sócio-ambientais, na maioria das vezes submetidas ao poder econômico.

3.2 - As Políticas Públicas e o Novo Enfoque de Desenvolvimento Agrícola

No Brasil, o setor público desempenhou um papel fundamental na difusão do modelo agrícola vigente na agricultura, através da pesquisa, extensão rural, crédito, políticas de preço, normatização, controle de qualidade, etc. No entanto,

nesses últimos anos, houve uma redução importante da participação do Estado na sustentação das políticas públicas orientadas para o modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola, produtivista, intensivo em insumos químicos.

Por outro lado, os impactos sócio-ambientais decorrentes das distorções desse modelo questionam o processo de elaboração das políticas públicas, pelo fato de se desconsiderar a relação sistêmica entre sociedade e natureza.

Na medida em que se avalia a eficácia dos processos produtivos agrícolas num horizonte de longo prazo - os quais priorizam a eficiência econômica isolada das atividades, não da unidade produtiva como um todo - visualiza-se a insustentabilidade de tal modelo, pelo esgotamento dos recursos, naturais e humanos.

A elevada produtividade da agricultura moderna é alcançada às custas de uma carga muito grande de insumos químicos, incluindo os não renováveis, como os combustíveis fósseis e o fósforo.

Inspirado na filosofia de desenvolvimento universalista da “revolução verde”, aplicada a qualquer contexto, enfatiza a transferência de técnicas exógenas e a difusão generalizada das variedades milagrosas, altamente produtivas mas dependentes e vulneráveis.

Muitos analistas do desenvolvimento rural reconheceram as limitações da “larga escala” e das tendências orientadas pela Revolução Verde para o desenvolvimento rural, mas estes modelos de agricultura dominaram de maneira

preponderante os projetos de desenvolvimento agrícola em grande parte do Terceiro Mundo (Altieri, 1989).

Numerosas análises críticas insistem sobre os limites de sua aplicação, visto que “contribui para uma crescente polarização social e uma distribuição de renda, ainda mais desigual, nos campos, comporta um risco ecológico dada a redução da variedade genética e a extensão de monoculturas mais vulneráveis a epidemias do que a policultura” (Sachs, 1986).

Na agricultura convencional, os seres humanos simplificaram a estrutura do ambiente em vastas áreas, substituindo a diversidade natural por um pequeno número de plantas cultivadas e animais domesticados. “Este processo de simplificação atinge sua forma extrema numa monocultura”. (Altieri, 1989). O objetivo desta simplificação, reitera esse autor, é aumentar a proporção da energia solar fixada pelas plantas, que é diretamente utilizada pelos seres humanos. O resultado final é um ecossistema artificial que requer uma constante intervenção humana. Embora os agroecossistemas modernos tenham provado que são capazes de sustentar uma população em crescimento, ressalva Altieri, existem evidências consideráveis de que o equilíbrio ecológico destes sistemas artificiais é muito frágil.

Segundo Ferraz (Palestra proferida na Conferência sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, realizada em Porto Alegre, 1995) nos USA e Canadá as principais culturas dispõem de um número reduzido de variedades, oscilando de duas a seis, ilustrando a vulnerabilidade genética desse modelo, tendo em vista que a maior parte da produção agrícola é sustentada por essas cultivares.

Do outro lado do planeta, inicia-se o processo de introdução dos insumos modernos na agricultura da China. Em determinadas áreas desse país planta-se arroz no mesmo lugar há 4000 anos, demonstrando que a ciência e a arte da produção agrícola pode se perpetuar sem degradar os recursos naturais utilizados no processo produtivo.

Ou seja, a prática da agroecologia remonta ao início da própria agricultura, enquanto o uso regular do conceito é recente, data dos anos 70.

Alguns elementos sustentam o sistema agroecológico - fundamentado no equilíbrio e reciclagem do ciclo produtivo de entrada e saída de insumos e nutrientes, sobretudo orgânicos - tais como, a organização social familiar e a disponibilidade de mão-de-obra para manter o sistema, adubação verde, compostagem, uso de animais integrado ao sistema (consomem matéria orgânica e regressam nutrientes), maquinários apropriados e adaptados a pequenas parcelas, reflorestamento, etc.

Descrita como uma tendência que integra as idéias e métodos de vários subcampos em vez de uma disciplina específica, a agroecologia (cuja disciplina mãe é a agronomia) tem raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia, nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural (Altieri, 1989).

No tocante à agronomia, cabe destacar que a sua integração com as demais ciências - em particular as incluídas no campo das ciências sociais - necessárias ao trabalho interdisciplinar do enfoque agroecológico, encontra-se ainda em fase embrionária. Nesta concepção, o ecossistema abrange, além dos aspectos bio-físicos, as tecnologias de produção, o sistema de conhecimentos e valores dos indivíduos e a

organização social. Sendo que, a ênfase nas dimensões sociais de produção é considerada importante para o entendimento da lógica de produção dos sistemas agrícolas.

Procurando distinguir-se dos cientistas convencionais, os quais empenham-se em trazer novas tecnologias derivadas da ciência moderna para produtores tradicionais para que eles se “desenvolvam”, os agroecologistas empenham-se em entender como os sistemas tradicionais se “desenvolvem” para aprimorar a ciência da ecologia, de forma que a agricultura moderna possa ser feita de maneira mais sustentável (Altieri, 1989).

Quanto à possibilidade desta interação, Romeiro (1992) considera que para o setor agrícola, do ponto de vista estritamente técnico, não somente é possível hoje, como teria sido possível, desde o início do processo de modernização agrícola no Ocidente, conceber sistemas produtivos que não produzam resíduos poluentes.

Sobretudo porque a convicção da viabilidade de uma agricultura ecologicamente equilibrada e altamente produtiva decorre não somente da existência de inúmeras experiências bem sucedidas levadas a cabo por grupos relativamente marginais, mas principalmente também do fato de que as recomendações de práticas agrícolas feitas por cientistas das mais tradicionais e respeitáveis instituições de pesquisa agrônômica em diversos países, apontam na direção da concepção de sistemas de produção integrados, onde “a regra de ouro é jogar inteligentemente com as complementaridades e simbioses existentes na natureza”(Romeiro, 1992).

Para as nossas condições, cabe ao setor público, de todos os níveis, a incumbência de orientar e coordenar o reordenamento do desenvolvimento

econômico e social na agricultura, com ações para reverter o quadro de insustentabilidade do modelo.

Entretanto, é necessário, preliminarmente, procurar compreender os condicionantes sócio-econômicos e institucionais que induziram o desenvolvimento de um determinado padrão tecnológico de modernização, os quais constituem uma barreira à mudança para padrões mais desejáveis do ponto de vista social e ecológico (Romeiro, 1992).

As políticas públicas constituem-se no instrumento chave para a transição a um novo modelo de desenvolvimento, abrangendo desde a provisão de infra-estrutura básica, até a regulação do mercado, disponibilidade de crédito (com taxas preferenciais), extensão rural, pesquisa, gerenciamento ambiental, etc.

Diagnóstico realizado recentemente sobre o desenvolvimento sustentável da região oeste catarinense sugere, como ações para reverter o quadro, medidas de reconversão agrícola e não agrícola; incremento da pesquisa agropecuária, de forma regionalizada e orientada aos problemas em destaque; assistência técnica em quantidade e instrumentalizada; crédito em taxas compatíveis e tecnicamente orientado (EPAGRI, 1995).

Os autores desse estudo afirmam que, de modo geral, as ações desenvolvidas no projeto Microbacias/Bird estão afinadas com estas propostas, exceto no que se refere às ações de reconversão. Todavia, seus recursos, tanto humanos (pesquisadores e extensionistas) quanto materiais e financeiros são muito limitados, do que resulta um baixo alcance no número de agricultores atingidos. Sobre a Gestão Ambiental por Bacias Hidrográficas ver Andreoli (1992).

Um agravante constatado recentemente pelos coordenadores do projeto, no momento de sua avaliação, é a grande rotatividade dos técnicos nos municípios abrangidos pelos trabalhos, sobretudo pelos reduzidos salários pagos pelas prefeituras, motivo pelo qual os técnicos - após serem capacitados para exercer tal função - acabam procurando alternativas profissionais mais promissoras.

Em decorrência, há uma descontinuidade nos serviços prestados aos agricultores, os quais, cabe salientar, já estão acostumados a essa característica dos órgãos públicos.

A produção e dinamização de um conjunto de instrumentos e estratégias voltadas para a redefinição dos sistemas produtivos agrícolas - no sentido de torná-los ambientalmente viáveis, economicamente eficientes e adaptados às necessidades e objetivos dos produtores rurais - exigirão um esforço por muitos anos dos agentes envolvidos, com profundas modificações nas estruturas das organizações responsáveis por tais políticas e, sobretudo, a tarefa premente de repensar o papel e a atuação exercidos pelos profissionais que atuam no serviço público.

“Vive-se profundo desgaste nas estruturas de políticas públicas”. Esta afirmação foi repetida por vários participantes da Conferência Internacional realizada este ano em Porto Alegre sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, estimulando a reflexão e o debate entre acadêmicos, pesquisadores, extensionistas e técnicos de ONGs presentes. Nesse evento, é destacado a importância do Estado, por um lado, e constatado sua debilidade por outro.

A procura de saídas ao impasse no campo da pesquisa, parte da conscientização dos próprios pesquisadores sobre os fundamentos da instituição. Na visão de um dos profissionais da EMBRAPA, essa crise atinge a forma e o conteúdo das instituições. Entre os elementos constituintes estão o questionamento das funções do Estado e a escassez de recursos.

Em virtude de que a competência e matriz das organizações de pesquisa priorizam a perspectiva produtivista, a prática foi a idealização da questão tecnológica, muitas vezes não se compreendendo o campo de poder aí embutido.

Não é do repertório dessas entidades, principalmente porque a Universidade não ensinou, contextualizar fatos sociais, faltando clareza de entendimento do real. "Olhamos a paisagem mas enxergamos a parte, assim, não se compreende a dinâmica da realidade", afirma um técnico da EMBRAPA, destacando que a maioria dos pesquisadores estão em áreas que sintonizam-se com o paradigma produtivista, cuja estratégia mais forte é a busca de otimização dos recursos.

Há nessas instituições um quadro de constrangimento frente à demanda pela priorização de programas de sustentabilidade da produção agrícola. As dificuldades de se operar nesse cenário se expressam em reflexões como "Centro de Excelência não garante legitimidade institucional", a qual se constrói na medida da sintonia com os apelos sociais mais fortes.

No processo de elaboração do planejamento estratégico para as estruturas de pesquisa - afirma Sérgio Sales (depoimento feito na Conferência já citada anteriormente) - centrado na tentativa de antecipar-se ou acompanhar de perto as

transformações, os cenários oscilam entre ficar como está e desaparecer, buscar a via de prestação de serviços ou o fortalecimento como instituição pública de pesquisa.

A importância da “pesquisa pública” reside na sua capacidade de nuclear consórcios e redes de pesquisa envolvendo o setor público, as universidades, ONGs e a esfera privada. Além do seu potencial de estudar fontes complementares ao desenvolvimento tecnológico para demandas locais, a pesquisa pública permite o acesso dos pequenos produtores aos seus serviços.

Alguns consideram que, em virtude do estrangulamento financeiro, é necessário depender menos dos recursos do Estado, priorizando a auto-captação de recursos. Outros concluem pela necessidade orçamentária via setor público. No entanto, ressaltam a rigidez nos recursos existentes para pesquisa, especificamente pela predominância dos gastos com pessoal e a reduzida quantia para novos projetos de pesquisa.

Nessa perspectiva, cabe explicitar a opinião dos técnicos do CPPP (Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades - EPAGRI), os quais entendem que “Para obter sucesso em técnicas alternativas que permitam evitar o uso de agrotóxicos, antes de qualquer outra ação é essencial que seja altamente ampliada a pesquisa agropecuária. É necessário investir em pesquisadores, infra-estrutura e pessoal de apoio para pesquisa básica e aplicada. Pode se considerar que atualmente existem pouquíssimas técnicas alternativas ou de controle cultural/biológico técnica e economicamente eficientes e adaptadas às condições dos agricultores, o que justifica a grande necessidade de investimentos em pesquisa” (EPAGRI, 1995).

Enfim, a geração e/ou adaptação de tecnologias alternativas deve merecer maior ênfase no tocante à alocação e formação de recursos humanos e financeiros, visando gerar tecnologias eficientes, econômicas e adequadas às condições do ambiente, dos agricultores e dos sistemas de produção a nível regional.

A abordagem de ecodesenvolvimento propõe um redirecionamento da pesquisa científica, (não uma romântica e exclusiva valorização de técnicas tradicionais) enfatizando a implementação de tecnologias com o mínimo grau de desperdício, de baixo consumo energético e reduzido impacto ambiental.

Pois, a inovação tecnológica por si só não garante que ela seja usada, aplicada. As técnicas de estações de avisos fitossanitários, manejo integrado de pragas e controle biológico de doenças em vegetais, bem como a pesquisa genética de espécies locais suscetíveis de aproveitamento, inscrevem-se naturalmente nessa estratégia.

Já se dispõe de um considerável conhecimento sobre o funcionamento dos diferentes ecossistemas, sobre o saber e experiências dos agricultores a respeito da aplicabilidade, dentro de limites ecológicos e sociais cuidadosamente reportados, de técnicas cientificamente fundamentadas e ambientalmente favoráveis na agricultura. A questão fundamental é utilizá-lo sob controle, em vez de protelar sua aplicação sob o pretexto de que ainda se precisa de mais fundamentação científica. Ou, “devemos aprender a aprender enquanto agimos e também a partir da ação”. (Sachs, 1993).

Em síntese, atenção prioritária deve ser dada à pesquisa, experimentação e difusão da combinação de tecnologias tradicionais e de ponta, que economizem recursos e sejam acessíveis aos pequenos produtores.

Ao setor público é creditado a missão inadiável de definir estratégias inovadoras de políticas de apoio às iniciativas locais, proporcionando o acesso aos recursos necessários para superar os obstáculos à otimização das potencialidades humanas e suas iniciativas.

A eficiência das estratégias de transição dependerá do grau de audácia das mudanças institucionais, da capacidade de conceber pacotes multidimensionais de políticas públicas e da competência para redirecionar o progresso técnico (Sachs,1993).

Para isso, é importante criar estruturas flexíveis, com agilidade, uma cultura de aprendizagem e junção de esforços em vez de gerar para repassar. Isso consolida uma nova eficiência.

Por outro lado, a viabilidade do enfoque de ecodesenvolvimento parece depender diretamente de uma superação gradual e cumulativa do contexto socioinstitucional fragmentado no qual tem sido inseridas, via de regra, a formulação e a implementação das políticas governamentais nos países em desenvolvimento. (Vieira, 1995a)

Não é incomum a afirmação da duplicidade de ações e ausência de sintonia nas organizações do setor público agrícola. É comum se ouvir entre os técnicos que “não se pode mais cometer os mesmos erros”, pois corre-se o risco da acomodação à situação de perplexidade com a crise vivida, sobretudo nas empresas que apresentam uma estrutura complexa, pesada, onerosa e que resistem demasiadamente na conversão para a sustentabilidade.

A transição do modelo vigente para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola, constitui-se no grande desafio do gerenciamento no setor público, ou seja, fazer com que as políticas ambientais se instalem no coração da empresa em vez de serem tratadas como projetos isolados.

Ou seja, o bom termo e a efetividade das políticas de desenvolvimento estão vinculadas à dimensão da internalização ambiental nos sujeitos que compõem as entidades do setor público, dirigentes e dirigidos. Os quais manifestam nas suas práticas cotidianas os conflitos e contradições iminentes ao Estado diante da questão ambiental. Isto é, parte de seu aparelho legitima um modelo que degrada, parte luta por um novo sistema que sustente e preserve os recursos naturais.

A resolução desse paradoxo, segundo Moraes (1994), nos remete ao nível de democratização do regime político vigente, enfim ao grau de controle do Estado pela sociedade.

Assim, alinhamo-nos a Sachs e sua hipótese de que “os problemas da pobreza e do meio ambiente podem ser sanados ou evitados, não há quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam sua superação. Os obstáculos são sociais e políticos” (Sachs, 1993).

É importante registrar que, mesmo considerando a significância das ações ocorridas no interior da administração pública, suas instituições ou mesmo da universidade, a contribuição mais efetiva ao processo de questionamento da degradação ambiental foi gerado nos movimentos da própria sociedade civil, entre os

quais, os movimentos populares e sindicais, organizações não governamentais e ambientalistas, partidos políticos, imprensa, etc.

Além de que, as estratégias adotadas nas políticas públicas, a grosso modo, limitam-se à gestão da redução dos efeitos negativos do modelo de desenvolvimento, não questionando-o em sua essência.

Isto é, resultam mais da necessidade de responder às pressões da opinião pública e menos de planos formulados à partir da participação das populações.

A mudança qualitativa no enfoque do planejamento -onde tradicionalmente a “coisa pública é vista como um empreendimento privado das elites” - orientando-o à participação da sociedade civil na elaboração e controle das políticas públicas, direcionando-as à sustentabilidade do desenvolvimento, está na dependência, sobretudo, das definições político-institucionais onde se originam as prioridades dos planos e programas.

Entretanto, não se verifica uma lógica linear como resultado desse processo. A democracia moderna, salienta Stroh (1995), pressupõe a existência de divergências e conflitos de interesses entre as partes envolvidas em uma negociação, e as situações de confronto não podem ser identificadas como anomalias do processo, mas como elementos intrínsecos da pluralidade de interesses, onde estão retidos antagonismos, ambiguidades, desconfianças e oposições que podem ser superadas num processo interativo, onde se busquem soluções compartilhadas.

Em síntese, “reside nesta questão um forte componente do aspecto político dos estudos voltados ao planejamento ambiental, que de forma alguma pode ser ignorado ou negligenciado pelo planejador”. (Stroh, 1995).

A relação entre a tecnologia e a política está no centro da questão ambiental, bem como no gerenciamento das instituições, onde há a convivência de diferentes percepções à respeito.

Mais precisamente, um dilema que perpassa as atividades científicas e profissionais, de técnicos, gerentes, planejadores, qual seja: alinhar-se às políticas e diretrizes que priorizam a liberalização dos mercados e a limitação das funções do Estado, com a correspondente reprodução do sistema vigente; ou não, aderir às iniciativas de se construir um novo modelo de desenvolvimento, onde o planejamento integrado e participativo do setor público adquirem, nesse processo, uma importância decisiva.

3.3 - As Concepções Metodológicas e as Políticas Ambientais

Se o planejamento do controle de qualidade do meio ambiente não pode ser desvinculado das políticas de desenvolvimento e da distribuição dos benefícios sociais por ele gerados, tampouco essas políticas podem continuar a ser orientadas pelos tradicionais modelos normativos e tecno-econômicos de planejamento, que não reconhecem as especificidades das inter-relações dos fatores naturais e culturais de uma dada realidade planejada. (Stroh, 1995).

Além de que, as concepções metodológicas que orientam essas políticas são elaboradas à partir de pressupostos conceituais generalizantes e homogeneizantes sobre as populações abrangidas. Com isso, verifica-se em muitos casos, sérias dificuldades para que os projetos concebidos nas instituições oficiais se concretizem na realidade.

Ou seja, todo procedimento metodológico que almeje dar suporte ao planejamento ambiental deve ser sustentado por pressupostos que garantam a efetiva participação da sociedade, como sujeito dos planos e programas e não mera depositária de políticas oriundas dos Gabinetes.

Nessa perspectiva, onde o centro de referência são os indivíduos e não os mecanismos de intervenção econômica, exige-se o conhecimento das particularidades sócio-culturais que caracterizam o lugar, objeto do planejamento ambiental; implicando a apreensão, pela investigação social, dos processos de criação e reprodução das organizações sociais em foco.

Essa organização é definida, segundo Stroh (1995), pelo modo com que os seus integrantes realizam as suas práticas de vida, elaboram as suas identidades individuais e coletivas, expressam suas vontades, lutam por seus interesses, fazem projetos de vida e lidam com as dificuldades do dia-a-dia. Nesse processo, criam e recriam o seu mundo, reproduzem-se não apenas no interior da vida privada, mas também na vida pública, como sujeitos sociais. Cada coletividade nesse sentido, está impregnada por uma cultura própria, cujas relações expressam a sua própria vitalidade.

Questiona-se, enfim, a vigência das relações tradicionais do planejador com o seu objeto de estudo, pautadas no distanciamento e na neutralidade entre sujeito-objeto; e afirma-se a relação interativa do planejador com a vida coletiva dos agrupamentos sociais.

A pesquisa social qualitativa se credencia, assim, para a análise do conhecimento empírico e para a compreensão do pensamento social presente na realidade investigada, dando sua contribuição para uma metodologia interdisciplinar de planejamento ambiental. Pois como ensina Freire, “a investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas ele como sujeito de seu pensar. Não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros” (Freire, 1983).

Importa também destacar, por sua relevância metodológica, o procedimento elaborado por Michel Thiollent de observação participante, que preconiza a interação do planejador com a realidade investigada; estabelecendo com os sujeitos do planejamento uma relação de simpatia e confiança mútua, evitando-se os questionamentos dirigidos, como forma de aprimorar a qualidade e a confiabilidade das informações (Thiollent, 1985).

Acreditamos que a adoção destes enfoques metodológicos de planejamento ambiental, possibilitam a superação dos principais entraves, de ordem operacional, à viabilização dos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Traduzir estes em planos e programas - disciplinando a intervenção do Estado - que respeitem a vinculação meio ambiente/desenvolvimento e contruam uma nova relação entre os homens e entre estes e a natureza, é o grande desafio da atualidade.

Isso implica na afirmação e no reconhecimento de que o Estado e suas Agências desempenham, nesse momento, um papel fundamental como indutores e gerenciadores da transição para a sustentabilidade. Para isso a gestão ambiental deverá, necessariamente, ser compartilhada entre os organismos estatais, a sociedade civil, a comunidade, o setor privado. Nesse sentido a descentralização e a autonomia das regiões são premissas básicas para tal finalidade.

Todavia, no setor público agrícola, particularmente, inúmeros são aqueles que prestam os seus serviços em conformidade com o modelo convencional de se fazer agricultura, presente em sua formação, costumes, objetivos.

Acreditando na validade desse sistema não questionam os fundamentos do exercício profissional, o qual, alimentado pelo paradigma científico clássico, privilegia o produtivismo nos processos de produção agrícola, o imediatismo e o lucro a curto prazo. Desconsiderando-se, assim, as consequências impremeditadas e nefastas da utilização intensiva de insumos químicos na agricultura, qual seja, os desequilíbrios provocados aos ecossistemas, os quais vêm comprometendo o enorme potencial dos recursos existentes no meio rural, naturais e humanos, deteriorando a qualidade de vida nas unidades produtivas familiares que sobrevivem da produção agrícola.

Ou seja, persistem dificuldades para que servidores, gerentes ou planejadores realizem a tão difundida apreensão holística da realidade, qual seja: pensar globalmente e agir localmente. Ou, “De uma maneira geral, os paradigmas e métodos tradicionais de estudos e pesquisa das ciências que modelam o processo de planejamento ambiental encontram-se em dificuldades para conceber metodologias

interdisciplinares de estudos, aplicáveis aos planos e programas de desenvolvimento". (Stroh, 1995).

As propostas de construção de um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade, estão fundamentadas em princípios originados dos recentes avanços nos paradigmas e teorias científicas, constituindo-se um novo aparato conceitual para o enfoque sustentável.

Entre os princípios filosófico-científicos que compõem os novos paradigmas e teorias, destacam-se a teoria sistêmica e a interdisciplinariedade. (Rohde, 1995).

3.4 - O Enfoque Sistêmico e a Interdisciplinariedade

A investigação das fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes passam a integrar o universo conceitual de planejadores ambientais, cientistas, pesquisadores.

Enfatiza-se que a busca de modelos sustentáveis requer uma visão holística da realidade, capaz de integrar os aspectos materiais da sustentabilidade à compreensão do funcionamento histórico da sociedade humana. Porém, para Stahel (1995), mais do que isto, tal integração tem de estar vinculada a uma redefinição política da nossa sociedade atual e do seu modo de civilização, bem como um trabalho de consciência individual, de integração da psique pessoal, capaz de gerar ações rumo a mudanças.

Por outro lado, critica-se a pouca eficácia na prática, da concepção de holismo, o qual, almejou sua ascensão enquanto uma escola de pensamento original. Entretanto, esse enfoque contribuiu para a emergência da noção de sistema; cuja análise “possibilitou o surgimento de uma nova forma de representação, orientada a um entendimento mais profundo, de conjuntos estruturados, constituídos de elementos em interação, organizados, ou seja, de sistemas” (Jollivet, 1992).

O enfoque sistêmico alcançou, à partir dos anos 70, uma ampla repercussão. Essa representação, de fato, seduziu muitos cientistas e ecologistas, desencantados com o marxismo ou os limites de suas respectivas ciências e em busca de uma nova doutrina explicativa do mundo. A maior parte deles viram aí um saber original e totalizante que vinha desordenar os academicismos, denunciar os impasses do modelo de crescimento do pós-guerra e repensar as relações homem-ciência-tecnologia-natureza à luz das descobertas mais recentes ligadas ao desenvolvimento da informática. Ela se tornaria, dessa forma, aquilo que se poderia chamar de filosofia espontânea da ecologia pós-moderna. (Alphandéry, 1992).

Requisitada particularmente como uma metodologia anti-reducionista dos fenômenos sociais e ambientais, a abordagem sistêmica possibilitaria a integração das diversas subdisciplinas isoladas componentes do universo do planejamento, particularmente a integração entre as ciências naturais e sociais.

Todavia, não tão simples como vem se apregoando, a iniciativa de construção interdisciplinar-sistêmica do conhecimento sobre as interações sociedade/meio ambiente, constitui-se em um projeto complexo, “cuja implementação deverá pressupor a maturação de novos princípios de organização das comunidades científicas, para além das práticas usuais fundadas em excessiva compartimentação disciplinar” (Vieira, 1992).

Se restringirmos a análise na observação dos fóruns coletivos de discussão dos pesquisadores na área do meio ambiente, verificamos aí um verdadeiro clima de babel, termo empregado por Moraes (1994), onde cada sujeito se expressa com uma língua diferente.

Ou seja, partindo de áreas de formação disciplinares díspares, cada um traz uma bagagem conceitual específica e, muitas vezes, não comunicante. Quer dizer, não há nesse campo uma padronização mínima de linguagem, aos mesmos termos se atribuem conteúdos diferentes.

Objetivando superar o simples somatório de estudos monodisciplinares característicos dos planos e programas ambientais, os quais apresentam uma série de debilidades para a compreensão das interdependências entre os aspectos naturais e sociais, a interdisciplinariedade vem se tornando um procedimento importante para o alcance da interação entre os vários campos de conhecimento. Com a ressalva de que o esforço de integração das várias áreas seja permeado por uma problemática comum, um fio condutor dos trabalhos.

Nessa perspectiva, definir um campo de pesquisa comum de maneira suficientemente precisa para que cada disciplina consiga se situar relativamente às outras num empreendimento coletivo, visando obter respostas às mesmas questões, já seria permitir o surgimento da interdisciplinariedade. (Jollivet, 1992).

A prática interdisciplinar suscita a um contato regular entre profissionais e especialistas vinculados a diferentes áreas. Viável, mas uma tarefa difícil, pela variedade de sujeitos envolvidos e a diversidade de funções circunscritas à gestão do

meio ambiente; plena de conflitos, pela formação heterogênea dos agentes, com seus preconceitos, corporativismos e barreiras metodológicas.

Uma reflexão importante sobre esse enfoque parte do princípio de que “um cabedal (ou vários) acumulado por diferentes disciplinas constitui a matéria prima para uma fértil empresa inter ou transdisciplinar. Por isso, num primeiro momento, a discussão sobre a questão ambiental deverá trafegar nos limites de marcos disciplinares. Há uma anterioridade que não anula as tentativas imediatas do trabalho interdisciplinar, mas que, do ponto de vista lógico, coloca a formação e a pesquisa disciplinares como prévias: o interdisciplinar alimentando-se do disciplinar”. (Moraes, 1994).

Em decorrência, um esforço interativo entre os diversos campos profissionais, sem elitismos ou auto-intitulados sabedores da questão ambiental, sem interesses corporativos, permitiria uma melhor divisão de competências no que diz respeito à gestão ambiental, possibilitando a definição de funções mais claras para os órgãos do setor, enfim, maior eficácia e unidade nas ações.

3.5 - A Educação Ambiental no Setor Público

A conscientização introdutória é componente essencial das estruturas participativas do gerenciamento. A operacionalização desse enfoque motiva o comprometimento do sujeito que executa as metas estabelecidas no planejamento com o público-alvo dos serviços prestados. Este instrumental possibilita, ainda, uma nova orientação ao exercício profissional, aproximando este das legítimas aspirações dos clientes.

A simples alteração nos rumos da organização, neste caso redefinindo seus objetivos à partir das demandas oriundas dos agentes “consumidores” dos serviços/mercadorias produzidos nas repartições da estrutura gerencial, implica na reciclagem dos técnicos e a correspondente capacitação e domínio de áreas comumente pouco exercitadas.

É ilustrativo no setor agrícola as dificuldades enfrentadas pelos técnicos ao serem designados para atuar em áreas ligadas à ciências humanas, como por exemplo, as ações de educação sanitária, vegetal ou animal, que envolvem a compreensão do comportamento, práticas e aspirações dos produtores rurais. Quer dizer, a inserção destes elementos no conteúdo do trabalho de agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, significa inserir uma dimensão do real até há pouco relegada a segundo plano, representa o desafio do novo, de caminhos nunca antes trilhados ou pensados.

A educação ambiental -aí inserido o componente educativo sanitário e suas diferentes especialidades, humana, vegetal ou animal - se caracteriza por incorporar as dimensões sócio-econômicas, política, cultural e histórica. Nesse sentido permite a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e a investigação da interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente.

Para isso, a educação ambiental deve capacitar ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O desafio da educação, neste particular, é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade.

No entanto a educação com enfoque ambiental no setor público é feita de forma parcial, descontínua, priorizando as campanhas ocasionais, muitas vezes dissociadas das questões essenciais do processo produtivo.

As experiências de educação ambiental no Brasil se realizaram, primeiro nos ciclos primário e secundário e só mais tarde nos ciclos universitários de graduação e pós-graduação. A lentidão inicial desse processo pode ser atribuída à rigidez da administração educacional e à compartimentação de disciplinas então prevalentes, associada à falta de qualificação adequada e de tradição do corpo docente na transmissão de conhecimentos em campos que exigissem uma visão mais interdisciplinar da matéria em discussão.

A percepção da importância dos aspectos culturais e ambientais do desenvolvimento começa a se fazer presente nos eventos realizados nas instituições ligadas ao setor público; gerando conflitos - individuais e coletivos - nos afazeres e mentalidades dos seus componentes, nos elementos que configuram a cultura empresarial, a qual é o resultado de um longo processo de consenso, e quaisquer mudanças nela exigem a participação das pessoas de todos os níveis da estrutura organizacional da empresa.

Esta constelação de conceitos, valores, percepções e práticas compartilhadas por uma comunidade, compondo uma visão particular da realidade e que constitui a base sobre a qual a comunidade se organiza é definida por Capra (1994) como um paradigma social.

A teoria e a prática da sustentabilidade na produção agrícola implicam na revisão de paradigmas, estas verdadeiras entidades constituídas e ordenadas.

Elaboradas, no caso das ciências e instituições agrárias, para o progresso tecnológico e econômico, revestem-se de uma característica essencial: o conservadorismo.

Qualquer alteração subjetiva ou objetiva no quadro institucional estabelecido, pautado em variáveis diversas das comumente utilizadas, gera um conflito nos valores e interesses hegemônicos na organização, os quais, como uma reação em cadeia, buscam a neutralização dos elementos geradores do dissenso.

3.6 - A Universidade diante da Problemática Ambiental

O Estado diante da problemática ambiental expressa uma realidade contraditória, pois parte de sua estrutura conforma os principais agentes cuja intervenção impactam o meio ambiente, enquanto a outra parcela institucional atua em defesa da qualidade dos recursos naturais.

A centralidade da inserção da universidade nestes embates fica evidente, destaca (Moraes, 1994). Pois, instrumento, por excelência, de formação técnica e direção moral da sociedade constitui o sistema universitário um importante aparelho ideológico no mundo atual.

Tal sistema vivencia com vigor o paradoxo estatal apontado. Ou seja, “gera conhecimentos para a prática dilapidadora, mas é também um locus importante de denúncia e de conscientização. Enfim, reproduz em sua estruturação os próprios embates sociais, manifestando maior vitalidade e transparência quanto maior autonomia efetiva possuir perante os agentes que a financiam diretamente”. (Moraes, 1994).

Em suma, entende o autor, servir ao planejamento não pode ser o seu móvel fundamental, cabe muito mais cumprir o papel de questionadora e reveladora das ações do poder público.

Este entendimento é ilustrado com o exemplo das ciências sociais, as quais tomam o planejamento como um de seus temas de indagação, e não como o objetivo a que se deve servir o seu trabalho.

Isto é, concebe-se esta disciplina como um espaço institucional de reflexão sobre os problemas da sociedade, menos no sentido pragmático de buscar soluções imediatas e mais um equacionamento crítico.

Neste intercâmbio, “a universidade reforçaria seu papel de porta voz da sociedade civil, no seu tenso e inevitável diálogo com o Estado” (Moraes, 1994).

Por outro lado, Stroh (1995), estabelece que a inserção da sociologia no planejamento ambiental interdisciplinar é bastante recente, em relação aos demais campos do conhecimento que o integram. Além de que, as suas contribuições ao planejamento ambiental, derivadas das novas concepções teórico-metodológicas de pesquisa e análise social, ainda são muito frágeis.

Em consequência, os estudos e planos ambientais têm, com muita frequência, apresentado resultados que marcam relações de incompatibilidade com os valores mais marcantes das sociedades estudadas, sendo, nesse sentido, pouco capazes de orientar a formulação e a efetividade de programas e planos de ações.

A análise da produção oriunda principalmente do sistema de pós-graduação revela que o nível de reflexão permanece ainda nitidamente aquém das necessidades prementes de operacionalização de enfoques interdisciplinares, tanto no plano da produção de conhecimento teórico quanto no da intervenção sócio política. São escassos os trabalhos que tematizam o paradigma sistêmico, visto como um recurso virtualmente indispensável à integração teórica do campo da ecologia humana e também à viabilização de uma política ambiental interessada em confrontar as causas estruturais da crise num horizonte pró-ativo e não simplesmente reativo-remedial (Sachs, 1).

Ou seja, a investigação pormenorizada dos pré-requisitos sócio-econômicos, ambientais e político-institucionais, através das quais consistentes planos de ação poderiam ser efetivados, é ainda pouco expressiva nas operações de pesquisa acadêmica realizadas no Brasil.

As Universidades devem considerar muito seriamente a tarefa de redefinir os programas escolares em todos os níveis, alterando-se os currículos universitários, no sentido de incluir noções de ecodesenvolvimento em todas as faculdades e departamentos. Pois, o treinamento de especialistas em desenvolvimento e meio ambiente por certo é importante, mas não suficiente.

Esta lacuna na esfera acadêmica não deixa de repercutir no campo institucional, ocasionando uma defasagem importante em termos de domínio da teoria do desenvolvimento sustentável e suas peculiaridades de planejamento.

A menos que os futuros executivos, administradores econômicos e planejadores de projetos setoriais integrem a dimensão ambiental em sua maneira de pensar, a oposição entre a concepção estreita de crescimento econômico e as considerações ambientais continuará se aprofundando e o planejamento ficará atrelado à rotina (Sachs, 2).

3.7 - A Importância dos Consumidores na Viabilização das Políticas Ambientais

Um aspecto importante a ser analisado é a influência exercida pelos consumidores sobre o modelo de desenvolvimento adotado no setor público e, particularmente, as implicações dessa pressão nas políticas públicas e no gerenciamento ambiental vigente nas instituições estatais.

O conhecimento e a incorporação nas políticas públicas das demandas dos consumidores em termos de qualidade dos produtos consumidos, torna-se um excelente mecanismo de reflexão comportamental entre os próprios funcionários, fator catalisador de um repensar nos serviços prestados e nos objetivos propostos nos programas.

A efetividade desse controle comportamental será assegurada na medida em que não se perder de vista o cenário por onde oscilam as tendências dos consumidores, os quais iniciam, nos grandes centros, um processo de questionamento da qualidade do consumido com crescentes níveis de restrições ao consumo material descontrolado.

Por outro lado, na medida que avançam a consciência dos cidadãos e suas exigências de um efetivo controle de qualidade das mercadorias destinadas ao consumo, desencadeiam-se conflitos entre os agentes que planejam as políticas agrícolas. Nesse processo, onde há um embate constante entre aqueles que reproduzem o modelo vigente e os que buscam a sustentabilidade da produção agrícola, estes podem se fortalecer, desde que internalizem o questionamento do sistema no gerenciamento cotidiano das instituições.

Porém, a dimensão dessas transformações nas organizações estatais está na dependência, sobretudo, da capacidade dos cidadãos - consumidores, técnicos, gerentes, planejadores, etc - buscarem sua viabilização à partir de um projeto político global orientado para a sustentabilidade do desenvolvimento da sociedade.

Um grande número de consumidores americanos já estão procurando certificar-se de que os produtos que compram são os menos danosos possíveis do ponto de vista ecológico. É provável que nos próximos anos as empresas cujos produtos privilegiem a “segurança ecológica”, o baixo impacto e a vida útil de uso confiável terão a nítida preferência de uma grande parcela dos consumidores, simplesmente devido à difusão de idéias e estilos de vida “conservacionistas”(Capra,1993).

Essas novas demandas, gerais e globais, repercutirão seguramente nos processos produtivos agrícolas. Exigências ecológicas começam a redefinir modelos tradicionais, intensivos quanto ao uso de insumos químicos. Em decorrência a adoção da produção orgânica adquire maior importância. Isto é, mudam os padrões de consumo alimentar por um lado, mudam os padrões agrícolas por outro.

De acordo com Sérgio Sales (em depoimento feito na Conferência já citada anteriormente) estudos realizados nos Estados Unidos indicam que os consumidores estão dispostos a pagar mais para produtos sem resíduos de agrotóxicos ou serviços ambientalmente saudáveis.

Por outro lado, houveram avanços substanciais em termos de produção orgânica, particularmente nos países desenvolvidos, tais como: agentes para controle biológico, biofertilizantes, espécies florestais de rápido crescimento (exóticas), mercados orgânicos, etc. No entanto, poucos agricultores reorganizaram o sistema de produção com enfoque agroecológico. Os demais adotam prática por prática, pontualmente, não modificando muito a sistemática adotada para difundir a revolução verde de outrora, na qual a indústria também teve o papel hegemônico.

A nível de América Latina, segundo Altieri (depoimento na Conferência de Porto Alegre, já citada), o caminho dominante não parece ser o do desenvolvimento sustentável da produção agrícola, apenas observa-se o crescimento de nichos de mercados específicos. Não há reversão da tendência à concentração da produção. Há tentativas de se reduzir os impactos ambientais do modelo, para não questionar a concentração; porém, apenas uma minoria tenta compatibilizar a sustentabilidade.

Esse processo tende a aumentar à medida que a eco-rotulação dos produtos, originada na Europa Ocidental - celeiro das normas técnicas internacionais relacionadas ao meio ambiente - , propagar-se para outros países. Os eco-rótulos vão cada vez mais levar o consumidor a comprar produtos menos danosos. "Esses rótulos informam que um produto (comparado com produtos semelhantes) é, por exemplo, feito de materiais reciclados, consome menos energia ou água, gera menor poluição do ar ou da água, é menos barulhento, seu uso ou descarte não representam perigo de contaminação, ou é livre de tóxicos como cloro ou chumbo"(Capra, 1993).

O meio ambiente será, assim, um excelente argumento de restrição comercial, de sobrevivência de negócios, das empresas. Nessa lógica, produtos brasileiros poderão ser avaliados segundo critérios locais, europeus, de selo verde, remetendo ao fabricante a responsabilidade pela qualidade ambiental do produto comercializado. Para se ter uma idéia, somente na Alemanha existem 38.000 produtos com o selo "anjo azul", confiáveis.

Nas nossas condições, ainda não estão claros os critérios para concessão dos selos, particularmente no que diz respeito aos processos produtivos com gerenciamento ambiental. O que predomina na cultura empresarial é a implantação do selo não como resultado da internalização do componente ambiental, mas sobretudo pela pressão proveniente da bola-de-neve ecológica.

Realizada a incorporação mencionada, o rótulo expressará a qualidade inserida nos processos, com fundamentação técnica, capaz de ser demonstrada à auditoria independente e aos usuários os procedimentos adequados ao negócio, particularmente as metodologias empregadas para se controlar os impactos ambientais ou como se faz o gerenciamento ambiental na organização.

O sistema de gestão ambiental induz a uma norma - a ISO 14000 - que disciplina internacionalmente o sistema de gerenciamento ambiental, normatiza em qualquer lugar do mundo as relações das empresas, privadas ou públicas, com o meio ambiente. Prevê a análise ambiental de todo o ciclo de vida da cadeia produtiva. Porém, ainda faltam definições quanto à metodologia para avaliação da performance e ciclo de vida das mercadorias.

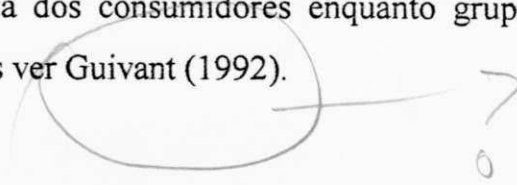
De acordo com Reis (palestra proferida no Seminário sobre Qualidade Ambiental e Inovações Tecnológicas, realizado em Florianópolis, em 1995) a ISO 14000 será implantada na metade de 1996. Será disseminada em um ano, diferente da ISO 9000 que levou 8. O certo é que as evidências indicam que, nos cenários vindouros, só exportará para o primeiro mundo quem tiver sistema de gestão ambiental implantado, principalmente se puder ser submetido à auditoria.

A utilização do conceito de ciclo de vida implica na análise e valoração dos efeitos ambientais da cadeia produtiva, isto é, o produto final como somatório dos efeitos ambientais de todos os processos envolvidos na produção. Este conceito e modelo de análise é a norma mais importante da regulamentação ambiental européia. Como consequência da maturação do conceito, a eco-publicidade tenderá a induzir o mercado a levar em conta todo o ciclo de vida de um produto, a valoração da produção-uso-descarte.

Em síntese, o certo é que as leis ambientais vão criar barreiras nos mercados. E aqueles que estiverem envolvidos com o mundo das mercadorias e não gerenciarem o ciclo produtivo de acordo com os requisitos previstos na legislação, perderão competitividade nos mercados.

As questões de saúde, higiene e segurança alimentar adquirem, assim, grande importância quando se tem em vista as redefinições impostas pelo mercado globalizado. Os ajustes e transformações na produção agrícola perpassam os diferentes agentes e instituições e, certamente, exigirão do Estado um posicionamento à respeito.

Infelizmente, no caso brasileiro, ainda é restrito o número de consumidores que procuram exigir os seus direitos de cidadãos para que, através dos instrumentos de pressão, viabilizem-se as políticas necessárias à melhoria da qualidade dos produtos consumidos. Sobre a importância dos consumidores enquanto grupo de pressão por mudanças nas políticas públicas ver Guivant (1992).



**4 - REQUISITOS PARA O GERENCIAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR PÚBLICO**

Requisitos para o Gerenciamento do Desenvolvimento Sustentável no Setor Público.

Neste capítulo são analisadas as premissas básicas para a adoção no gerenciamento das instituições públicas do novo enfoque de desenvolvimento, a necessidade de torná-lo operacional e o questionamento do modelo agrícola hegemônico. Bem como, à partir da ação planejadora, aponta-se o planejamento integrado e participativo como instrumento indispensável para a implantação do desenvolvimento agrícola sustentável, onde o planejador assume um papel fundamental.

4.1 - A Adoção do Gerenciamento Ambiental

A adoção no gerenciamento de tecnologias ambientalmente sadias pressupõe que estas estejam prontas para ser aplicadas no processo produtivo. Todavia, não adianta se pensar em inovação tecnológica se o gerenciamento não está apropriado e receptivo, se a questão do meio ambiente não está internalizada, efetiva. É necessário coragem dos gerentes para colocar em prática tal procedimento.

Por outro lado, tem que existir a aceitação da tecnologia entre os clientes, os produtores rurais. Os quais investem se há viabilidade para o futuro, se propicia economia de despesas, se dá lucro.

A linha de atuação do gerenciamento ambiental está orientada, particularmente na europa, no sentido de evitar os desperdícios e resíduos na fonte, no próprio processo produtivo. Ou seja, em vez de se tratar, de recuperar, é

necessário discutir o processo utilizado, os insumos, a matéria-prima, no intuito de aprimorá-los.

O objetivo do gerenciamento ecológico é minimizar o impacto ambiental e social das empresas, e tornar as suas operações tão ecologicamente corretas quanto possível. (Capra, 1993).

Estas operações não podem ser entendidas isoladamente. Por serem interdependentes exigem, para sua compreensão e solução, a adoção do enfoque sistêmico e a mudança de valores. Aqui o conceito de qualidade de vida de todo o ciclo produtivo tem a sua vez e importância.

A adoção de uma abordagem mais holística no gerenciamento se constitui no caminho para a mudança organizacional, meio através do qual é possível se incorporar preocupações com a administração ecológica, a qual é receptiva às demandas dos clientes por produtos e serviços com qualidade ambiental.

O contínuo aprimoramento dos processos empresariais com o objetivo de atender mais plenamente as necessidades e expectativas dos clientes, foi a estratégia utilizada no Japão para conquistar fatias de mercados, sobretudo entre os consumidores americanos e europeus.

Esta administração de qualidade total vai além da simples melhoria da qualidade final do processo, concentrando-se no compromisso de longo prazo. Nessa perspectiva, todo o sistema é reestruturado, desde a organização da mão-de-obra até as impressões dos consumidores sobre a mercadoria.

Ampara-se na cooperação entre as equipes de trabalho, contudo, confere aos gerentes a incumbência de propiciar condições adequadas para a realização das tarefas. Pressupõe um elevado envolvimento dos funcionários, a descentralização e a fluidez e eficácia na comunicação entre todos os segmentos envolvidos.

Este enfoque e sua vinculação com a problemática ambiental podem se constituir em elementos importantes para a internalização da avaliação qualitativa de produtos e serviços das organizações. Entretanto, está atualmente sendo submetida a avaliações porque, na procura permanente de uma qualidade cada vez maior, ela cria rigorosas condições de trabalho, com grandes exigências de desempenho da mão-de-obra.

O gerenciamento ecológico envolve a passagem do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico. A percepção do mundo como máquina cede lugar à percepção do mundo como sistema vivo. Essa mudança diz respeito a nossa percepção da natureza, do organismo humano, da sociedade e, portanto, também à nossa percepção de uma organização de negócios. As empresas são sistemas vivos, cuja compreensão não é possível apenas pelo prisma econômico.

Esse novo estilo de administração é conhecido como administração sistêmica. Pressupõe uma mudança de valores na cultura institucional, a qual se concentra na observação dos aspectos legais e no desempenho da imagem da empresa. Tradição esta que se manifesta na “lavagem verde”, uma prática pela qual as empresas fazem mudanças ambientais cosméticas com objetivos cínicos no que tange a relações públicas. Publicidade, imagem “verde”, mas não em “enverdecer” os processos de produção, as instalações e as condições de trabalho de seus

funcionários. Ou seja,” é fundamental examinar o que as empresas fazem, não o que dizem que fazem”. (Capra, 1993).

A gestão da mudança de valores - da ideologia do crescimento econômico para a visão de mundo do desenvolvimento sustentável - sugere que não se poupe o tempo extra necessário para assegurar uma representação diversificada desde o começo. É difícil conseguir adesões para a mudança depois que todas as decisões tiverem sido tomadas. As pessoas se empenham mais para assegurar o sucesso de um esforço que elas tenham ajudado a moldar; a recompensa pelo tempo gasto virá na forma de uma estratégia mais completa, de uma liderança mais capaz de sensibilizar os diferentes interessados, de credibilidade para o esforço, e da profundidade que só se consegue quando a conduta se baseia em princípios, quando o discurso e a prática são iguais(Capra, 1993).

Seja qual for o ramo de atividade - fabricação de mercadorias, prestação de serviços ou manipulação de informações - a empresa vai dar ingresso a alguma coisa, processá-la de várias formas e gerar produtos e sobras. Todas essas atividades devem ser analisadas visando a valoração dos efeitos ambientais da cadeia produtiva. Ou seja, considerar o produto final como somatório dos efeitos ambientais de todo o ciclo produtivo.

Na medida que a visão dos dirigentes está centrada no cumprimento e atendimento a leis, políticas e procedimentos internos, há debilidades quanto ao conhecimento e gerenciamento dos riscos e efeitos ambientais do processo produtivo.

O principal objetivo do gerenciamento é acabar com defeito ambiental na empresa; quem tem que cuidar os efeitos ambientais é quem gera o problema, o

operário, o funcionário. Os dirigentes tem que dar os meios, os procedimentos operacionais. O objetivo é atuar nas causas, preventivamente; é um fator de sobrevivência da empresa.

Reafirma-se, assim, a necessidade de não se dissociar qualidade da empresa da qualidade ambiental. Além de que os procedimentos devem ser aferíveis, mensuráveis.

Durante as últimas duas décadas vem se intensificando a percepção de que, na maior parte dos vários ramos da ciência e da tecnologia, a abordagem analítico-reducionista deixa de levar em conta um aspecto essencial do mundo em que vivemos, a saber, a interconexão dos fenômenos vivos. Esta abordagem permanece hegemônica na comunidade científica, respondendo pela estratégia de "conhecer cada vez mais sobre fatias cada vez mais restritas da realidade". (Vieira, 1992).

No entanto, não é suficiente o mero questionamento do processo de fragmentação do conhecimento em disciplinas especializadas, é necessário que se disponha de instrumentos eficazes de síntese criativa que coloquem os resultados parciais assim obtidos num contexto mais abrangente e inclusivo.

Na verdade, pretende-se atingir o entendimento de como as atividades humanas degradam os recursos naturais, quais seriam as intervenções que poderiam em princípio ser adotadas para evitar esses impactos, que tipos de ações seriam consideradas oportunas e como viabilizá-las e, inclusive, que tipos de consequências possíveis a curto, médio e longo prazos poderiam ser detectados e em que áreas.

A colaboração de especialistas oriundos dos mais diversos domínios de especialização torna-se indispensável à concretização desta estratégia de ação, sintonizados e orientados por uma questão em comum.

Ou, como entende Vieira: “a via mais equilibrada para o alcance de uma interdisciplinariedade efetiva passa pelo cultivo de relações multidisciplinares mediadas pela presença de uma problemática comum de pesquisa e pelas hipóteses de trabalho correspondentes”(Vieira, 1995a).

A sustentabilidade dos processos de produção implica cuidadosa gestão dos recursos disponíveis, assim como o emprego, sempre que possível, de recursos renováveis, como também diminuição dos custos e minimização da formação de resíduos.

Tendo em vista a tendência de que um dos critérios fundamentais para a competitividade no mercado de alimentos seja a sua pureza, a confiabilidade quanto a sua não contaminação com resíduos de pesticidas, é imprescindível a internalização no gerenciamento dessa demanda dos consumidores.

A sustentabilidade da produção agrícola em Santa Catarina será dinamizada, na medida que se constitua uma coordenação que permita a unidade no conjunto de políticas dos diversos segmentos do setor público e privado, direcionando-as para o objetivo comum de se aprimorar a qualidade ambiental da produção agrícola.

Assim, o intercâmbio institucional é motivado pela necessidade de se controlar a qualidade de vida dos recursos, produtos e serviços do setor agrícola.

Esse novo estilo e visão de mundo implica na ampliação do conceito de desenvolvimento agrícola, devendo ser aceito socialmente, não apenas nos limites acadêmicos ou institucionais. Nesse sentido, é necessário analisar por onde deriva a sua definição no setor público agrícola.

4.2 - A “Internalização” de um Novo Enfoque de Desenvolvimento

A compreensão e adoção do conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe o entendimento do conceito clássico aplicado na agricultura, o qual prioriza a especialização, o conhecimento das partes, exaustivamente. Ao contrário, no enfoque da sustentabilidade é necessário perceber o todo para entender a interação das partes que compõem a totalidade. É uma concepção ampla, elaborada por uma perspectiva sistêmica, ecológica. Sugere o pluralismo na maneira de fazer ciência. Questiona, assim, as orientações eminentemente econômicas.

Vivemos a crise do paradigma científico clássico que sustentou a modernização agrícola. Uma crescente perda de confiabilidade daqueles que sustentavam o modelo, os órgãos oficiais. Inúmeros técnicos vem questionando a sustentabilidade desse papel exercido, através da busca de técnicas e práticas alternativas aos padrões hegemônicos.

Observa-se um vácuo entre velhas e novas estruturas conceituais e metodológicas. Onde um modelo é questionado e o outro, sustentável, não dispõe de

legitimidade ampla, necessitando de afirmação social e política para se consituir em um novo paradigma.

Persiste, ainda, uma indefinição no conceito de desenvolvimento sustentável nessas instituições, muitas vezes, referido a contextos localizados e práticas pontuais.

É arriscado definir o padrão por onde derivam as estratégias de desenvolvimento agrícola que são projetadas e/ou discutidas nas organizações. O certo é que aumenta a consciência da crise paradigmática da ciência, o questionamento da formação dada nas escolas a agrônomos, veterinários e demais categorias profissionais.

Enfim, critica-se a formação essencialmente técnica que omite a participação do indivíduo no contexto mais amplo da cidadania.

Ou seja, conquistas mais importantes no sentido da contenção das causas estruturais da “questão ambiental” deverão envolver um padrão muito mais profundo de modificação de mentalidades, valores e atitudes, além de um processo científica e politicamente mais coordenado de criação de suportes institucionais adequados para a viabilização de políticas preventivas, integradas e participativas.

Pois, sistemas de gestão de recursos e meio ambiente fundamentados no envolvimento comunitário vem demonstrando a sua efetividade, mas necessitam ser ampliados.

A maior parte das atividades econômicas causam algum tipo de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente e, em decorrência, geram custos sociais e ecológicos. A economia convencional trata esses custos, por mais vultosos que sejam, como “circunstâncias exteriores”, excluídos dos balanços patrimoniais e repassados pelo sistema para a população em geral, para o ambiente e as gerações futuras.

Na visão do gerenciamento ecológico, as preocupações sociais e ambientais não devem competir. Se as questões sociais, trabalhistas ou culturais parecerem ^aconflitar com a pauta ambiental, a empresa está no caminho errado. O eco-administrado^o precisa estar preparado para o desafio de harmonizar estas preocupações.

O fortalecimento da atuação interdisciplinar no meio rural é um dos pré-requisitos para a viabilização de enfoques alternativos de desenvolvimento, pautados na dimensão sócio-ambiental. A consciência da necessidade de integração entre as ciências sociais e ambientais, objetivando uma percepção anti-reducionista dessa problemática, começa a se fazer presente entre os profissionais.

A internalização da dimensão ambiental nas instituições do setor público, especificamente no planejamento das suas atividades, implica na redefinição dos objetivos estratégicos e métodos de atuação. Do contrário, corre-se o risco de se tornar um segmento dissociado do conjunto das políticas públicas.

O trabalho de fundamentação sistêmica na prestação dos serviços não se encontra ainda num nível de maturidade que atenda às exigências levantadas pela

sociedade. Na verdade, visualiza-se ainda a crise da teoria e das práticas de planejamento do desenvolvimento formuladas nessas organizações.

A superação dessa orientação se inicia à partir da adoção de instrumentos que garantam a internalização efetiva das várias implicações sociais, culturais, políticas e ambientais do processo de crescimento.

Para isso, surge a necessidade de se investigar o “tipo de engenharia institucional capaz de fundamentar a edificação de sistemas sócio-ambientais orientados pelo critério de sustentabilidade”. (Vieira, 1995a).

A integração do conceito de desenvolvimento sustentável no conjunto de políticas públicas para a agricultura, pressupõe o seu conhecimento e adoção pelos indivíduos responsáveis pela elaboração dos planos e programas, sobretudo gerentes e técnicos.

Pois, se o respeito pelo uso sustentado dos recursos torna-se algo compartilhado pelas pessoas, aumentam as chances de êxito das formas de gestão concebidas.

A participação das populações constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas comunitários de gestão de recursos naturais renováveis. Na especificação do conceito de participação, entretanto, o ecodesenvolvimento recomenda a distinção entre a participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para a implementação de projetos, programas ou

planos de ação concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária. (Vieira,1995b)

Será válido o sacrifício de vantagens a curto prazo para se legar um planeta mais habitável aos que nos sucederão, contanto que essa opção se faça em pleno conhecimento de causa e com a aquiescência dos interessados. “Este alto grau de responsabilidade e de consciência ecológica está longe de ter sido atingido, especialmente porque a solidariedade com as gerações futuras tem pouco significado para as maiorias desvalidas das nossas sociedades contemporâneas, as quais boas razões tem de reclamar, de saída, mais solidariedade no seio da geração atual” (Sachs,1986)

4.3 - Ecodesenvolvimento: Um Conceito Operacional

O conceito de ecodesenvolvimento, segundo Ignacy Sachs (1986), aspira definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do terceiro mundo, possível de ser estendido também às cidades.

Implica um estilo tecnológico particular, impondo assim o aperfeiçoamento de ecotécnicas, consideradas fundamentais nas estratégias de ecodesenvolvimento, pelo fato de, neste nível, se poderem compatibilizar adequadamente objetivos diversos, econômicos, sociais, ecológicos. Entretanto, seria incorreto reduzir muito simplesmente o ecodesenvolvimento a um estilo tecnológico; subentende modalidades de organização social e um novo sistema de educação.

Na verdade, é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como aquelas a longo prazo.

Relativizando o progresso e o crescimento, faz ressalvas às orientações excessivamente generalizadas, externas, depositando a confiança na capacidade das populações rurais identificarem os seus problemas e conseguir soluções apropriadas, sem negligenciar, no entanto, as experiências similares. Resiste à adoção de pacotes tecnológicos, de forma passiva, e a moda da imitação.

Questiona a onda exacerbada do ecologismo, propondo, como alternativa, um permanente esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio. Sua realização implica o conhecimento dos ecossistemas e a disposição de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza.

O conceito de ecodesenvolvimento tem que ser operacional. Constitui uma diretiva de ação (ou melhor, uma filosofia de desenvolvimento) cujo valor só pode ser julgado à luz da prática. (Sachs, 1986).

A utilização desse enfoque vem possibilitando uma reflexão crítica sobre os impasses existentes nos esquemas de desenvolvimento agrícola convencionais, predispondo sua superação. Em particular no plano institucional, essa abertura motiva o questionamento das técnicas e práticas difundidas pelos responsáveis pelo desenvolvimento.

A sua efetivação requer, entretanto, o exercício da experimentação contínua, vinculada a ações de demonstração e avaliação, visando a retro-alimentação constante entre a prática e a ciência, orientadas para a ação.

Nessa perspectiva, é importante dinamizar um fluxo de informações sobre experiências de sustentabilidade no meio rural, como forma de subsidiar o trabalho de pesquisadores e responsáveis pelo planejamento.

Qualquer contexto societário possui um estilo de desenvolvimento, seja no nível das finalidades ou dos instrumentais, na maioria das vezes implícito e não declarado. Explicitar os estilos de desenvolvimento ecologicamente prudentes e socialmente justos é, portanto, uma tarefa de primeiríssima importância para uma economia política ampla e consciente de sua dupla dimensão ética: as finalidades sociais do desenvolvimento e o cuidado com o futuro, em nome da solidariedade com as gerações vindouras.

Assim, "não é propriamente o crescimento que se deve questionar mas o seu caráter selvagem". (Sachs, 1986).

O funcionamento da economia capitalista fundamenta-se na internalização do lucro pelos empresários e a externalização, via de regra, dos custos.

Em decorrência, cabe à sociedade e ao Estado arcar com os prejuízos e desperdícios de recursos naturais, os quais são utilizados livremente pelo setor privado. Enquanto seus representantes não forem chamados à responsabilidade pelos impactos provocados, agirão despreocupadamente.

A concepção vigente quanto ao uso de recursos, sob o domínio do mercado, prioriza a maximização do lucro econômico a curto prazo.

O desafio reside na redefinição das formas e finalidades do crescimento, da modernização dos processos produtivos, os quais podem levar tanto ao mau desenvolvimento como ao desenvolvimento sustentado. Isto é, sugere-se a exploração de padrões alternativos e não a mera desistência do crescimento.

No entanto, é indispensável considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o conjunto de necessidades materiais e não materiais. Dito de outra maneira, a eficiência econômica deve ser considerada mais em termos macrossociais do que apenas por meio da lucratividade microempresarial.

Caracterizado pelo dinamismo, o desenvolvimento constitui-se como um processo de aprendizagem dos grupos sociais, orientando a identificação e satisfação, em bases sustentáveis, das necessidades humanas, materiais e culturais.

A agenda da conferência da FAO (1991) enfatiza a prioridade de a agricultura assegurar alimentação para todos, proporcionar emprego e melhorar a subsistência e a segurança da renda nas áreas rurais. Propõe que a agricultura sustentável resulte de um processo dinâmico de desenvolvimento rural, em que a promoção de alternativas de sustento fora de atividades estritamente agrícolas constitui importante objetivo.

Contudo, enquanto os vínculos entre as microrregiões e as esferas econômicas superiores forem caracterizados pela exploração, o processo de desenvolvimento auto-confiante será dificultado.

Além de que, a resolução desses complexos desafios esbarra nos limites de uma economia de mercado, onde há uma sucessão de decisões locais descoordenadas e de curto prazo. Cabe ressaltar que “o colapso do dogmatismo marxista serve de pretexto à disseminação de uma teologia neoliberal igualmente dogmática”. (Sachs, 1993).

As estratégias de transição devem, ao mesmo tempo, estimular modificações nos estilos de vida e nos padrões de consumo, e adequar os processos de produção às novas demandas, através de técnicas ambientalmente viáveis e alocação adequada de recursos.

Integrantes desse processo, os cientistas e pesquisadores têm grandes contribuições a oferecer, particularmente no que diz respeito à formulação das políticas públicas e aos arranjos institucionais adequados à produção de opções inovadoras, baseadas na harmonização de objetivos sociais, ecológicos e econômicos.

Além de que, para dar ao ecodesenvolvimento uma base teórica sólida, dever-se-ia analisar profundamente as críticas até agora superficiais e nem sempre convergentes ao paradigma convencional, ainda hegemônico nas instituições públicas, onde é feita uma discussão genérica sobre desenvolvimento.

4.4 - O Questionamento do Modelo Agrícola Hegemônico

Se partirmos do princípio de que “uma agricultura é sustentável se alimenta a população, permite vida digna para os agricultores e a população rural e degrada pouco os recursos naturais”(David, 1995), concluímos que o caminho dominante não parece ser o da sustentabilidade, não havendo reversão substancial na tendência à concentração da produção e riqueza no meio rural.

Há tentativas de reduzir o impacto ambiental do modelo agrícola, para não se questionar as relações sociais. Evidencia-se, na verdade, a perda de poder dos agricultores no espaço social, principalmente pela descapitalização e exclusão desse segmento nos mercados globalizados.

Alguns estudos têm demonstrado as principais dificuldades enfrentadas por esses produtores, cujo futuro depende da capacidade de se construir um modelo alternativo de desenvolvimento.

Na região oeste de Santa Catarina, por exemplo, a população rural decresceu a uma taxa de 1,14% ao ano. O fato do êxodo envolver mais os jovens, denota a falta de oportunidades e significa a perda da principal força de trabalho, o que pode contribuir para uma redução significativa do número de pequenas unidades de produção agrícola familiar. (Epagri, 1995).

No período compreendido entre os censos de 1980 e 1991, a população urbana cresceu de forma explosiva. A taxa de crescimento anual atingiu 4,18% no total da região.

Baseados nesse diagnóstico, sintetizamos as principais características das unidades produtivas. A atividade agrícola é exercida em sua quase totalidade pela mão de obra familiar; baixo nível de instrução formal dos agricultores; predominância de tração animal; a maioria das propriedades são pequenas em extensão e tem solos fortemente inclinados, pedregosos e rasos, resultando em pequena disponibilidade de terras aptas para culturas anuais; escassez de capital, agravada por um processo paulatino de descapitalização; baixa adoção de tecnologia, em que pese o esforço da pesquisa e da extensão rural, resultando em baixa produtividade e renda;

Por outro lado, o esforço de produção é direcionado em 80% ao mercado e em apenas 20% ao auto-abastecimento; há sazonalidade no fluxo de caixa e no uso de mão de obra, evidenciando a necessidade de reorganização dos sistemas de produção. Como também, são grandes as distâncias dos centros consumidores, o que limita ou impede a diversificação através de produtos de maior perecibilidade.

O maior número de estabelecimentos agrícolas tem o menor percentual da área total da região, e ainda dispõe do menor percentual de terras consideradas "nobres", adequadas ao cultivo sustentável com culturas anuais.

Entre as consequências, destaca o documento, prevê-se a exclusão de um grande número de pequenos agricultores, cuja produção torna-se inviável. Em condições extremas - com contexto de grande competitividade do mercado, onde ações de desenvolvimento e apoio aos pequenos agricultores tenham pequeno alcance, a expansão da demanda seja pequena e haja grande progresso tecnológico - o número de pequenos agricultores excluídos do mercado pode chegar a 50 mil famílias (cerca de 250 mil pessoas). Cabe salientar que em Santa Catarina são aproximadamente 280 mil propriedades agrícolas.

Ou seja, diversos indicadores, como o esvaziamento demográfico e econômico, a concentração econômica regional e setorial e a degradação ambiental já apontam para uma crise que compromete a continuidade do “desenvolvimento” da região, exigindo uma reflexão sobre seus rumos.

A agricultura familiar ainda está distante de sua conversão à sustentabilidade, sobretudo o pequeno proprietário tradicional. O fato é agravado com a redução dos gastos públicos com a agricultura, reduzindo a possibilidade de crédito para eco-condicionalidades, e com as distorções das políticas públicas, como por exemplo os prejuízos sofridos pelos produtores em decorrência das medidas adotadas pelo Governo nesta última safra.

A nível dos discursos e documentos no setor público fala-se em sustentabilidade - seja no que se refere a projetos, proposições de pesquisas, legislação, etc - mas na realidade, no campo, os padrões gerais desse enfoque apenas começam a ser sentidos. Isto é, o marco institucional necessário para a agricultura sustentável apenas começou a nascer.

Poucos agricultores reorganizaram o sistema de produção com a perspectiva agroecológica, enquanto etapa de transição para o novo modelo de desenvolvimento. Os avanços concentram-se no campo das tecnologias alternativas e na produção orgânica de alimentos, direcionados para mercados específicos.

Esses trabalhos são apoiados, principalmente, pelos esforços das Organizações Não Governamentais, as quais, no entanto, são constituídas por um

número reduzido de integrantes, abrangendo uma parcela não expressiva de agricultores.

Cabe salientar as dificuldades enfrentadas por esse segmento no que se refere à sustentação financeira, muitas vezes dependendo de recursos externos, limitando a autonomia e a continuidade dos seus trabalhos.

Estudos sugerem que um ponto de estrangulamento nas práticas experimentais de agricultura sustentável, nesses últimos anos, localiza-se na ênfase excessiva concedida a projetos com área de abrangência no nível local, onde se concentram as iniciativas e experiências com tecnologias alternativas.

Este direcionamento tende a desconsiderar os efeitos inibidores determinados pelos contextos regional, nacional e internacional sobre as condições de sustentação dos projetos (Vieira, 1995a).

Assim, a crise ambiental configura uma crise gerada pelo esgotamento dos estilos hegemônicos de desenvolvimento, os quais não deixam de ser adotados no planejamento do setor público agrícola.

A opção por um desenvolvimento agrícola contínuo - auto-sustentado e em equilíbrio com o gerenciamento racional do meio ambiente - pressupõe a redefinição dos objetivos e estratégias inseridos nos planos de ação. Em primeiro lugar, a dimensão ambiental deve ser parte integrante de todas as esferas de decisão. Para isso, na elaboração das políticas deve-se concentrar os esforços na valorização dos recursos específicos de cada ecorregião.

Como também, é imprescindível rejeitar a busca cega do crescimento econômico irrestrito, entendido em termos puramente quantitativos como maximização dos lucros. Faz-se uma restrição ao conceito de crescimento, introduzindo-se a sustentabilidade ecológica como critério fundamental de todas as atividades. (Capra, 1993).

A adoção do conceito de sustentabilidade no gerenciamento das instituições induz a um novo estilo de planejamento, sistêmico e participativo. Motiva a iniciativa de se focalizar a relação sociedade-natureza dentro de uma nova perspectiva, orientada para a prevenção dos desequilíbrios sócio-ambientais oriundos dos sistemas de produção.

No plano institucional a tarefa é elaborar métodos para a regulação democrática das “economias mistas”, abandonando a idéia simplista de que o colapso das “economias de comando”, centralmente planejadas, constitui uma prova a contrário da excelência das economias puras de mercado e assinala o fim do planejamento. Uma “economia civilizada de mercado” exige um conjunto de regras que não emergirá da pura e simples dinâmica das forças do mercado, requerendo boas doses de planejamento estratégico e flexível. As grandes corporações são administradas por esse tipo de planejamento; porque os estados, as regiões e até os municípios deveriam proceder de modo diferente? (Sachs, 1993)

4.5 - A Ação Planejadora

Entendemos a ação planejadora como o “conjunto de métodos destinados a captar e sistematizar informações objetivando racionalizar processos decisórios

indutores de modificações controladas na dinâmica de funcionamento dos sistemas ecossociais - sob condições de carência de informações e recursos, incertezas científicas e conflitos de valores e interesses entre os segmentos sociais envolvidos” (Vicira, 1995a).

Através de uma sequência lógica de procedimentos, o trabalho de planejamento se inicia, segundo entendimento desse mesmo autor, com a identificação de necessidades, objetivos, aspirações e estilos de vida das populações, bem como dados sobre o potencial de recursos e as características geobiofísicas peculiares de cada área a ser focalizada, os quais são obtidos por meio de diagnósticos participativos.

Além de que, a identificação de problemas e alternativas de solução é feita com base no registro de percepções, atitudes e valores dos segmentos sociais envolvidos: empresas públicas e privadas, agências governamentais, organizações da sociedade civil.

Entretanto, nem sempre torna-se necessário emprender diagnósticos exaustivos (e necessariamente lentos e onerosos) da área selecionada. O uso de técnicas de avaliação rápida podem ser acionadas em função da especificidade de cada projeto. Estas técnicas fazem uso da base de conhecimentos já acumulada pela pesquisa sobre desenvolvimento rural integrado, complementando-a com a recuperação seletiva de modalidades diversas do saber tradicional.

Com base na experiência acumulada, o processo de identificação de necessidades não se limita ao uso de técnicas convencionais de pesquisa social, como questionários e entrevistas - abertas e/ou fechadas. São elaboradas, também, à partir

das vivências com os grupos sociais envolvidos, seja através de reuniões, treinamentos, viagens técnicas, dias de campo e outros eventos. As experiências com a elaboração e implantação do programa de Defesa Sanitária Vegetal ilustram esse entendimento.

O espaço recortado para fins de planejamento deve ser, em princípio, suficientemente amplo e homogêneo do ponto de vista ecológico, de forma a assegurar uma gestão a mais integrada possível da potencialidade de recursos existentes.

Entretanto, o espaço microrregional parece representar uma unidade fértil para fins de planejamento e experimentação-piloto. Aqui, o projeto experimental desenvolvido na Microrregião da Grande Florianópolis - quando do diagnóstico dos problemas ambientais aí existentes e tentativa de planejamento das atividades a serem executadas - confirma a importância do recorte regional como unidade mais apropriada para o planejamento.

Cabe salientar que, apesar das debilidades dos procedimentos efetivados nessa oportunidade, e dos entraves políticos-institucionais ao seu exercício, parece coerente a hipótese de que existiriam espaços importantes para a constituição de projetos-piloto desse gênero, dotados de efeito demonstrativo.

“Trata-se de um espaço suficientemente restrito para a efetivação dos diagnósticos participativos e, ao mesmo tempo, em contraste com espaços urbanos ou com as bacias ou microbacias hidrográficas, suficientemente amplo para viabilizar estratégias melhor ajustadas à busca de soluções sinérgicas e complementares entre diferentes atividades produtivas” (Sachs, 1986).

A análise de problemas e busca de alternativas se desenvolve à partir de um processo regular de avaliação de impactos sócio-ambientais integrados do processo de desenvolvimento no espaço de planejamento assim delimitado, suplementando a identificação participativa de necessidades e metas estratégicas.

Constitui nesse sentido um conjunto de operações designadas para identificar, prever, analisar e comunicar informações relevantes sobre impactos relativos ao estado do meio ambiente e sobre a saúde e qualidade de vida das populações, impactos esses gerados por projetos, programas e políticas de desenvolvimento regional e urbano(Vicira, 1995a).

A elaboração sistemática de relatórios sobre a situação atual dos conhecimentos, seguidos de uma avaliação precisa das experiências práticas anteriores e atuais, também são importantes, tendo em vista a sustentabilidade na utilização dos recursos e os sistemas integrados de produção adotados nos diversos contextos em foco.

A implementação das alternativas selecionadas passa por um esforço de coordenação institucional, tanto entre diferentes setores de ação social, quanto entre diferentes níveis de organização territorial.

4.6 - O Planejamento Integrado e Participativo

Por mais que o planejamento em si esteja sendo menosprezado nas esferas decisórias - seja por sua comparação ao modelo falido de comando central, ou porque

o político na sua intervenção privilegia o curto prazo - a sua adoção é fundamental para a viabilização de estratégias de longo prazo para o desenvolvimento sustentável.

Para a sua implementação há a necessidade de colaboração dos profissionais capacitados em planejar as consequências das ações humanas a longo prazo. Os atores do processo de desenvolvimento demandam o apoio de cientistas sociais, entre outros pesquisadores, nas proposições de reformas institucionais que objetivam uma melhor articulação das diferentes esferas de desenvolvimento.

Como também, necessita-se de assessoria para o desafio de se encontrar formas democráticas de gestão das economias mistas, no sentido de rejeitar os modelos extremos de comando, bem como recusar tanto o economicismo quanto o ecologismo.

Ou seja, "A ênfase que vem sendo concedida a estudos de diagnósticos de impactos sócio-ambientais destrutivos da modernização capitalista-dependente (sobretudo os estudos de caso de projetos isolados de desenvolvimento) contrasta com a relativa escassez de análises prospectivas, de viabilidade de estratégias alternativas, recortadas a nível regional e baseadas no critério de sustentabilidade" (Vicira, 1995a).

Com a menor interferência do Estado na execução das atividades, os diversos segmentos da sociedade passam a assumir a organização dos segmentos produtivos.

Todavia, estão ainda por ser descobertos novos tipos de parcerias entre todos os atores do desenvolvimento e uma nova distribuição de poder entre o Estado, as empresas e o terceiro sistema emergente de associações e movimentos civis. Nenhum dos três grupos de agentes pode realizar a tarefa isoladamente. A articulação dos espaços de desenvolvimento-local, regional, nacional e transnacional - e o equilíbrio adequado entre as considerações de curto e longo prazos são incompatíveis com a atuação irrestrita das forças de mercado, com o tratamento burocrático de cima para baixo dessas questões pelo estado e, ainda, com o gerenciamento exclusivo das complexidades do desenvolvimento por iniciativas originadas das bases.(Sachs,1993).

Uma organização, pública ou privada, que elabora produtos ou serviços, concentrada em si mesma, tenderá naturalmente a externalizar os custos sociais e ecológicos para maximizar os lucros a curto e médio prazos. Por mais que o Estado disponha de modernos sistemas de informação, é incapaz de enfrentar a diversidade de necessidades e potencialidades locais.

Para se passar do conceito à ação, é preciso haver a integração e participação dos diferentes públicos envolvidos no planejamento da sustentabilidade do desenvolvimento agrícola: população rural; instituições de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços; funcionários; organizações profissionais, movimentos civis; autoridades locais, etc.

Pois, “ O fato de os cientistas produzirem o conhecimento não os qualifica necessariamente, mais do que a outros cidadãos, como tomadores de decisão” (Sachs,1993).

Tendo em vista a articulação institucional, o setor público agrícola deve buscar ações integradas e complementares entre os seus diferentes níveis e com o setor privado. Principalmente porque as possibilidades de perpetuação de suas estruturas - caracterizadas pela dispersão de esforços, fragmentação e descontinuidade - começam a ser questionadas pela sociedade civil.

A gestão da complexidade envolvida na reorganização interdisciplinar sistêmica, na criação de sistemas integrados de planejamento, constitui o desafio central a ser confrontado pelos planejadores de políticas ambientais preventivas baseadas no enfoque de ecodesenvolvimento.

A avaliação dos impactos ambientais, enquanto atividade básica do enfoque preventivo, se constitui no instrumento capaz de induzir o questionamento do estilo de desenvolvimento subjacente aos planos de ação conduzidos pelo setor público. Os quais, via de regra, comprometidos com o modelo agrícola hegemônico são co-responsáveis pelos impactos provocados pelo produtivismo excessivo, gerados e difundidos por técnicos e pesquisadores.

De nada adiantará repensarmos os pressupostos culturais e ético-políticos da civilização industrial-predatória se não traduzirmos os questionamentos correspondentes em estratégias substantivas de modificação de comportamentos cotidianos e estilos de vida (Redcliff, 1992).

Se, por um lado, um período de alguns anos é necessário para elaborar estratégias de transição; por outro, as modificações de mentalidades e alterações culturais são ainda mais demoradas. O planejamento do desenvolvimento engloba, também, a formulação de políticas orientadas para influenciar a ação do homem em

relação à natureza e a si mesmo, aprimorando o processo de utilização dos recursos naturais.

Na medida que adquire forma entre os servidores a preocupação quanto a sustentabilidade nos serviços prestados - iniciando um processo de comprometimento com sua qualidade - ocorrem alterações na cultura das instituições, estimulando o diálogo e a exigência da constituição de uma autoridade horizontal.

Esta será capaz de superar os particularismos setoriais, desde que se preocupe com todas as facetas do desenvolvimento e que leve constantemente em consideração a complementariedade das diferentes ações executadas.

Essa autoridade não poderia ser eficaz sem a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias de ecodesenvolvimento. Tal participação é indispensável para a definição e harmonização das necessidades concretas, para a identificação das potencialidades produtivas do ecossistema e para a organização do esforço coletivo com vista ao aproveitamento dessas potencialidades. (Sachs, 1986).

Em síntese, o planejamento do desenvolvimento deverá ser participativo. As distorções no desenvolvimento estão normalmente associadas ao crescimento imitativo, ou seja, a via de reprodução da trajetória histórica seguida pelos países do primeiro mundo. É o caso do modelo agrícola desenvolvido no Brasil.

A realização da transição no desenvolvimento será facilitada se, a nível local, constituírem-se organismos civis que possibilitem a discussão e participação da população rural nas definições a serem tomadas. Feito isso, torna-se mais efetiva a

seleção dos problemas ambientais e prioridades para o desenvolvimento, pois são elaboradas com base nas realidades dos processos produtivos agrícolas.

Identificadas as potencialidades locais para a resolução dos problemas, devem ser concentrados os esforços nas prioridades selecionadas, como forma de evitar a dispersão das ações; assim, os avanços serão assegurados pela via da realização de múltiplos projetos simplificados, isolados mas sintonizados com o objetivo maior a ser alcançado.

O ecodesenvolvimento local resulta, também, da capacidade de se implementar as parcerias, envolvendo todos os atores sociais, motivados por eventos educacionais contínuos, divulgados pelos canais disponíveis.

Para sua realização é essencial a troca de experiências e cooperação com outras comunidades, que vivem problemas semelhantes e que encontraram soluções originais e criativas, bem como o apoio público através de políticas flexíveis, adaptadas ao contexto.

No entanto, essa interferência externa deve ser avaliada e controlada, no sentido de que esse apoio, deliberado, supra os recursos críticos das comunidades, sejam humanos, científicos ou financeiros.

Esse processo será dinamizado na medida que o planejamento participativo e integrado estiver presente na coordenação das ações de desenvolvimento sustentado, nesse contexto sócio-econômico e ambiental específico, isto é, efetivamente adotado no âmbito local.

O planejamento democrático de estratégias integradas de desenvolvimento sensíveis à questão ambiental pressupõe um novo padrão de relacionamento entre as instâncias decisórias, situadas nos diferentes espaços territoriais, para que o sistema assim criado se torne compatível com a autonomia específica de cada um deles, bem como com as exigências de sua articulação global.

O enfoque deverá , nessa perspectiva, permitir a participação efetiva da sociedade civil e viabilizar uma integração entre os diversos setores e instituições envolvidas.

O desafio central reside na adoção de uma linha diretriz decididamente preventiva e apta a balizar a concepção e a viabilização política de estratégias de focalização integrada dos objetivos simultaneamente sócio-econômicos, políticos-institucionais, culturais e ambientais da evolução planejada dos sistemas ecossociais.

“Esse conjunto de metas estratégicas e instrumentos de política abrange as dimensões da conservação, restauração e gestão ambiental” (Vieira, 1995a).

Essas estratégias de desenvolvimento integrado precedem a elaboração de planos, destacando os fatores limitantes a partir dos quais os objetivos gerais do processo de desenvolvimento e os instrumentos necessários ao seu alcance serão discutidos, legitimados e colocados posteriormente em prática.

Dentre os princípios orientadores das ações, ressalta-se a adoção de uma postura pró-ativa e criativa em relação aos desafios ecológicos em todas as áreas de atuação das organizações participantes, além do espírito de cooperação com parceiros comerciais e acadêmicos para acelerar a acumulação de conhecimentos.

Como vimos anteriormente, a universidade emerge como importante ator social do ecodesenvolvimento. Sua posição específica permite-lhe atuar em conjunto com os três atores principais, contudo, para fazê-lo deverá “transcender sua condição ora de torre de marfim” ora de “fábrica de diplomas”, inscrevendo entre as funções da Universidade aquela de “recurso para o desenvolvimento local”. (Sachs, 1993).

Além da incumbência educacional, a universidade dispõe ainda de um significativo potencial humano para assessorar e implementar projetos de desenvolvimento local e para responder as demandas específicas da sociedade civil.

Ressaltando a necessidade de compatibilização entre as esferas da autonomia local e da intervenção estatal, o ecodesenvolvimento pressupõe o fortalecimento do planejamento centralizado, no entanto, sugere o debate no sentido de torná-lo flexível e receptivo, para que ocorram modificações qualitativas nessa forma de intervenção.

Essa maneira de considerar o processo de descentralização contrasta com as abordagens tecno-burocráticas, que se caracterizam pela negligência no reconhecimento da especificidade de cada nível de organização territorial, além de subordinarem os interesses dos níveis inferiores às aspirações hegemônicas dos níveis superiores (Godard, 1980).

Para a operacionalização desse processo, devem ser adotados procedimentos e técnicas que possibilitem sua internalização efetiva em todos os níveis das organizações.

4.7 - A Importância do Planejador

O planejamento convive constantemente com os conflitos e suas resoluções no interior das organizações. Há os momentos em que reina a estabilidade, em outros as mudanças abalam o sistema. Nesse, as manifestações de tradição e/ou inovação estão sempre presentes, ora predominando um, ora outro. O próprio plano em si, por outro lado, cede lugar ao seu oposto: o *laissez-faire*.

As contradições dentro de uma instituição são sinais de sua variedade e vitalidade, e dessa forma, desde que cheguem a bom termo, contribuem para a viabilidade do sistema. De outra maneira, sem conflitos não há a maturidade no desenvolvimento. São importantes e inevitáveis, por isso, sua resolução não deve ser feita por meio de decisões rígidas, mas sim equilibrando dinamicamente os dois lados envolvidos.

A internalização das políticas ambientais no cerne das empresas públicas não se dá de forma imediata e tranquila. Porém, esse conjunto de objetivos prioritários e medidas adotadas para regular as interações dessas organizações com os recursos naturais, reveste-se de grande importância para o planejamento do desenvolvimento institucional orientado para a sustentabilidade.

Assim, é tarefa primordial do planejador motivar “a solidariedade sincrônica com a geração atual e diacrônica com as gerações futuras, harmonizando interesses sócio-econômicos, ecológicos e culturais” (Sachs, 1986).

Enfim, tornar operacional, no setor público agrícola, o conceito de sustentabilidade é um dos grandes desafios do planejador; o que dependerá, em grande medida, da mudança dos valores e comportamentos, sobretudo, dos indivíduos que planejam e decidem os rumos das instituições.

Para isso, é indispensável a reflexão e conscientização sobre os padrões de consumo, os estilos de vida e os enfoques das políticas reproduzidas no cotidiano, via de regra, sintonizados com o modelo de desenvolvimento agrícola dominante.

Por mais que as ações orientadas nesse sentido encontrem-se ainda num estágio embrionário, inúmeros já são os cidadãos que procuram agir sempre de tal forma que os efeitos de seus atos não prejudiquem as futuras possibilidades da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Continuamente vem se afirmando entre os cidadãos a importância das políticas públicas como instrumento indispensável na implantação do desenvolvimento agrícola sustentável, à partir da interação criativa e democrática entre Estado e Sociedade Civil, integrando viabilidade econômica, qualidade de vida das populações e sustentabilidade ambiental.

No entanto, as estratégias e diretrizes adotadas nos planos e programas das organizações públicas, de maneira geral, ainda estão distantes desse novo enfoque de desenvolvimento. Antes disso, o que predominam são as decisões político-institucionais movidas pelos interesses econômicos hegemônicos, as prioridades já estabelecidas e as posturas corporativistas.

Por esta via, a dimensão política questionadora do desenvolvimento fica enfraquecida, predominando a lógica tecnocrática do conhecimento científico objetivo, alheio às aspirações e demandas sociais.

Quer dizer, a relação entre tecnologia e política está no centro da questão ambiental, bem como no gerenciamento das instituições, onde há a convivência de diferentes percepções à respeito.

Mais precisamente, um dilema que perpassa as atividades científicas e profissionais: alinhar-se à estratégia de liberalização dos mercados e limitação das funções do Estado ou aderir às iniciativas de se construir um novo modelo de desenvolvimento, onde o planejamento integrado e participativo do setor público adquiere, nesse processo, uma importância decisiva.

Tornar operacional este caminho alternativo implica na elaboração e viabilização de um plano global de desenvolvimento agrícola, inserido numa proposta sistemática de transformação da sociedade, construída e sustentada pelos indivíduos à partir das suas lutas cotidianas pela cidadania. Tarefa muitas vezes negligenciada por parte daqueles que não se encontram alinhados às estratégias dominantes de condução das transformações nas instituições.

Por outro lado, a inserção da dimensão ambiental nos planos e programas do setor público agrícola não se restringe à mera iniciativa de se acrescentar mais um segmento de política pública a uma estrutura organizacional pesada e centralizadora, sobretudo rígida em seus objetivos e estratégias de intervenção no meio rural.

Pressupõe, na verdade, uma nova orientação institucional, redefinindo metas e procedimentos, tendo em vista a necessidade de adequação aos novos desafios do desenvolvimento agrícola, que questionam a insustentabilidade dos sistemas produtivos e distributivos centrados, exclusivamente, na variável econômica e no lucro à curto prazo.

Trata-se de algo mais profundo e essencial, cuja premissa básica é a compreensão das consequências sócio-ambientais dos processos, produtos e serviços elaborados na agricultura.

Implica um novo padrão de relacionamento entre as instâncias decisórias e os demais setores da organização. Ou seja, sugere a adoção de um enfoque gerencial sistêmico e participativo, que assegure o diálogo e o envolvimento dos funcionários, no intuito de se definir novas linhas diretrizes para a instituição, de longo prazo, pautadas na integração dos objetivos de sustentabilidade dos recursos naturais, eficiência econômica dos sistemas de produção e qualidade de vida das populações.

No que se refere ao envolvimento dos agentes que prestam os serviços e/ou viabilizam a produção agrícola, é primordial sua participação, ampla, em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle das ações desenvolvidas; e não, a tradicional manipulação de pessoas para a implantação de projetos, programas ou planos de ação, concebidos de fora e impostos de forma mais ou menos autoritária.

A natureza holística imanente à resolução da questão ambiental esbarra nas limitações metodológicas adotadas no planejamento convencional das instituições públicas, sendo assim, é preciso despertar mecanismos mobilizadores do interesse e criatividade de todos os funcionários, motivados para os aspectos ecológicos do desenvolvimento.

Ou seja, fazer-se com que se internalize esta dimensão, que se modifique o sistema de valores em relação às atitudes de dominação da natureza. Aqui, a educação e conscientização de produtores, técnicos e dirigentes tem a sua vez e voz.

A operacionalização desse enfoque motiva o comprometimento do sujeito que executa as metas estabelecidas no planejamento, com o público-alvo dos

serviços prestados, possibilita, ainda, uma nova orientação ao exercício profissional, colocando na ordem do dia a necessidade da interdisciplinariedade e unidade nas ações.

Reafirma-se na sociedade civil o papel do Estado como agente coordenador e dinamizador das alternativas a serem viabilizadas para superar as dificuldades existentes no meio rural.

Para isso é fundamental a implementação de políticas e a priorização e alocação de recursos adequados e orientados para tal finalidade, qual seja, a transição do modelo vigente para a sustentabilidade do desenvolvimento agrícola.

A redefinição dos sistemas produtivos agrícolas exigirá um esforço por muitos anos dos agentes envolvidos, com profundas modificações nas estruturas das organizações responsáveis por tais políticas e, sobretudo, a tarefa premente de repensar o papel e a atuação exercidos pelos profissionais que atuam no serviço público. Pois a crise de paradigmas abala a forma e o conteúdo das intervenções de pesquisadores, extensionistas, educadores, prestadores de serviços, planejadores, entre outros.

Enfatiza-se a necessidade de implementação de tecnologias de reduzido impacto ambiental, adequadas às condições dos produtores e de baixo consumo energético.

A eficiência das estratégias de transição dependerá do grau de audácia das mudanças institucionais. Para isso é indispensável se criar estruturas flexíveis, com

agilidade, fundamentadas na cultura de aprendizagem e junção de esforços em vez de apenas gerar e repassar tecnologias. Isto é, a descontinuidade, fragmentação e duplicidade de ações devem ser varridas dos corredores das instituições do setor público agrícola, sob pena da poeira sufocar a todos.

A integração do estilo de desenvolvimento sustentável no conjunto de políticas públicas para a agricultura, pressupõe o seu conhecimento e aceitação pelos agentes responsáveis pela elaboração dos planos e programas. Pois, se o respeito pelo uso sustentado dos recursos torna-se algo compartilhado pelas pessoas, aumentam as chances de êxito das formas de gestão concebidas.

Como vimos anteriormente, diversos indicadores sócio-econômicos e ambientais apontam para uma crise, sem precedentes, que compromete a continuidade do desenvolvimento agrícola de determinadas regiões de Santa Catarina, exigindo uma reflexão sobre os seus rumos e o necessário posicionamento do setor público.

A nível dos discursos e documentos neste setor, fala-se em sustentabilidade - seja no que se refere a projetos, proposições de pesquisas, legislação, etc - mas na realidade, no campo, os padrões gerais desse enfoque apenas começam a ser sentidos. Isto é, o marco institucional necessário para a agricultura sustentável apenas começa a nascer.

Ainda estão por ser descobertos novos tipos de parcerias entre todos os atores do desenvolvimento e uma nova distribuição de poder entre o Estado, a iniciativa privada e o terceiro sistema emergente de associações e movimentos civis. Nenhum dos três segmentos pode realizar a tarefa isoladamente.

Para se passar do conceito à ação é preciso haver a integração e participação, acessível, dos diferentes públicos envolvidos no planejamento da sustentabilidade do desenvolvimento agrícola: população rural, instituições públicas, técnicos e organizações profissionais, movimentos civis, autoridades locais, etc.

Enfim, internalizar e tornar operacional no setor público agrícola o conceito de sustentabilidade ambiental é um dos grandes desafios para o planejamento; o que dependerá, em grande medida, das modificações nas prioridades e das mudanças de valores e comportamentos, sobretudo dos indivíduos que planejam e decidem os rumos das organizações.

GLOSSÁRIO

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de S.C.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - SC

FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente/SC

ICEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola/SC

MAARA - Ministério da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária

S.D.A. - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura/SC

BIBLIOGRAFIA

- ALPHANDÉRY, Pierre. O Equívoco Ecológico: Riscos Políticos. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia. Rio de Janeiro, Fase, 1989.
- ANDREOLI, Cleverson V. Gestão Ambiental por Bacias Hidrográficas. In: Ecologia e Ecodesenvolvimento, Rio de Janeiro, APED, 1992.
- BRUSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: Desenvolvimento e Natureza, São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- CAPRA, Fritjof. Gerenciamento Ecológico. Cultrix, São Paulo, 1993.
- CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CIDASC, Programa de Defesa Sanitária Vegetal, Cidasc, Florianópolis, 1995.
- EPAGRI, CPPP. Desenvolvimento Rural Sustentável do Oeste Catarinense, Chapecó, 1995.
- EPAGRI, Projeto de ampliação das estações de avisos fitossanitários para a cultura da maçã. São Joaquim, 1995.
- EPAGRI, Projeto de implantação de estação de avisos fitossanitários para a cultura da cebola, Ituporanga, 1995
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade, São Paulo, UNESP, 1991
- GODARD, O. Aspects institutionnels de la gestion intégrée des ressources naturelles et de l'environnement. Paris:MSH, 1980.

- IANNI, Otávio. *A Sociedade Global*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- JOLLIVET, M.e PAVE, A. "Meio Ambiente: Questões e Perspectivas para a Pesquisa". *Lettres des Programmes Interdisciplinaires du CNRS*, N.6, 1992.
- MAARA, Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, Brasília, 1992.
- MONOSOWSKI, Elizabeth. Políticas Ambientais e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Cadernos FUNDAP, 9(16), 1989.
- MORAES, Antonio C. R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. Editora Hucitec, São Paulo, 1994.
- REDFLIFT, M. "Sustainable development and global environmental change: implications of a changing agenda". *Global Environmental Change*, 1992.
- ROHDE, Geraldo Mário. *Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentável*. In: *Desenvolvimento e Natureza*. São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- ROMEIRO, Agricultura e Ecodesenvolvimento, In: *Ecologia e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, APED, 1992.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. Vértice, São Paulo, 1986.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Nobel/Fundap, São Paulo, 1993.
- SEVÁ FILHO, Oswaldo. *Crise Ambiental, Condições de Vida e Lutas Sociais*, São Paulo, ABRA/MOLIVS, 1993.

- STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e Entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: Desenvolvimento e Natureza, São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- STROH, Paula Yone. As Ciências Sociais na relação interdisciplinar do Planejamento Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. In: Desenvolvimento e Natureza, São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo, Cortez, 1985.
- THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária, São Paulo, Polis, 1985.
- VIEIRA, Paulo Freire. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências sociais. Cortez Editora, São Paulo, 1995.
- VIEIRA, Paulo Freire. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. In: Desenvolvimento e Natureza. São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- VIEIRA, Paulo Freire. Problema Ambiental e Ciências Sociais no Brasil, 1992.